

MOVIMENTOS



MANIFESTO PPRI

SÃO PAULO + SÃO SEBASTIÃO - SP

**Atos contra a chacina
no Rio de Janeiro**

+ pag / 12 a 14

NACIONAL

**Escancarado
entreguismo
de Lula perante
os EUA**

+ pag / 3

CONTRA-CAPA

**DERRUBADA
DE GOVERNO
PRÓ-IMPERIALISTA
EM MADAGASCAR**

GOVERNO BURGUEÊS DE LULA/ALCKMIN CADA VEZ MAIS MOSTRA SEU COMPROMETIMENTO COM A POLÍTICA PRÓ-IMPERIALISTA E SUA SUBMISSÃO AO CAPITAL FINANCEIRO INTERNACIONAL

EDITORIAL pag / 2

NACIONAL

**Boulos ministro
do governo burguês
de frente ampla**

+ pag / 7

INTERNACIONAL

EDITORIAL

**EUA está no centro das tendências
desagregadoras do capitalismo marcado
pelas crescentes tendências bélicas**

+ pag / 18 a 19

NACIONAL

+ pag / 5

**PRIVATIZAÇÃO
DOS CORREIOS**

MOVIMENTOS

Roraima + pag / 10

**ATO CONTRA A REFORMA
ADMINISTRATIVA**

MANIFESTO PPRI

+ pag / 22 a 23

**EUA ACIRRAM SUA OFENSIVA
INTERVENCIONISTA SOBRE A VENEZUELA**


PALESTINA

Pela derrota do sionismo e do imperialismo na Palestina!

UCRÂNIA

Pela derrota da OTAN e do imperialismo na Ucrânia!

Governo burguês de Lula/Alckmin cada vez mais mostra seu comprometimento com a política pró-imperialista e sua submissão ao capital financeiro internacional

 Diante do “tarifaço” de Trump, que atingiu as exportações do Brasil para os EUA com a sobretaxa de 50%, o governo de Frente Ampla burguesa de Lula/Alckmin adotou como saída as negociações para garantir o lucro de uma fração da burguesia nacional afetada pelas tarifas e, ao mesmo tempo, recorreu à retórica de “soberania nacional”¹ e esbravejou contra Trump, mesmo sem aplicar nenhuma medida concreta, como forma de tentar melhorar sua popularidade², um ano antes do pleito eleitoral.

Lula conquistou seu objetivo de se sentar à mesa de negociações com Trump (em 26 de outubro), que colocou mais alvos na infraestrutura e indústria nacional: uma das exigências dos norte-americanos é que o Brasil reduza a taxa de importação de 18% do etanol (leia matéria na pág. 3) em troca da redução da sobretarifa do café e carne brasileira. O primeiro, de uma série de encontros entre os presidentes, foi infrutífero em retirar ou amenizar o dito “tarifaço” e a retirada das sanções da Lei Magnitsky aos ministros do Supremo Tribunal Federal, mas sinalizou alguns acordos, sobretudo, em áreas de interesse do imperialismo. O certo é que o bilateralismo almejado por Lula está esgotado, pois o imperialismo impõe unilateralmente o terreno em que se negociará e que interesses devem ser atendidos. Enquanto isso, continua erguendo barreiras comerciais para tentar frear sua desindustrialização, utilizar as transações extorsivas para aumentar o fluxo de capitais para sua economia e aumentar o cerco aos Estados Operários Degenerados, e às semi-colônias (como o Brasil) são forçadas a

se alinharem ainda mais.

Certamente, um dos principais pontos de pauta das reuniões será a exploração das chamadas terras raras existentes no solo brasileiro. Estima-se que o Brasil tenha a segunda jazida mundial deste tipo de minerais, ficando atrás apenas da China, compostos por 17 elementos químicos essenciais para a fabricação de ímãs de alta tecnologia, motores elétricos, turbinas eólicas, baterias, equipamentos médicos, equipamentos bélicos, entre outros produtos de alta tecnologia. Destaca-se que a China, que detém mais de 90% do mercado desse segmento, confirmou a limitação da exportação de minerais dessas terras em outubro, retirando parcialmente as restrições após o encontro entre Trump e Xi-Jinpi. Entretanto, o monopólio estabelecido pela China obrigará os EUA e demais países imperialistas a buscar alternativas em explorar e refinar estes elementos em outros locais e países. Esse é o fundamento da ofensiva contra o Brasil.

Em solo nacional, Lula segue com as privatizações³, ainda que em menor ritmo que seu antecessor, Bolsonaro, ao mesmo tempo em que as reestatizações prometidas no pleito de 2022 pelos Deputados Federais Alencar Santana (PT-SP), Erika Kokay (PT-DF), a atual Ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann (PT) e o então candidato à Presidência, Lula (PT), se mostraram uma falácia, promessas de campanha. A criada “Frente Parlamentar Mista Pela Reestatização da Eletrobras” mostrou seu limite frente ao capital financeiro e não conseguiu dar um passo à frente.

A continuidade das privatizações, as políticas de contenção de despesas por meio do Arcabouço Fiscal para pagamento de juros da dívida pública, a manutenção das contrarreformas Trabalhista e Previdenciária, o avanço da

contrarreforma Administrativa, entre outros, reforçam o alinhamento do Partido dos Trabalhadores e seus aliados mais próximos (PSOL, PCdoB, PCB) aos ditames da burguesia nacional e imperialista - ainda que ensaiem protestos e se manifestem contrários aos aspectos mais regressivos se dispendo a negociá-los - que cada vez mais se apropria dos serviços para a manutenção de seus lucros, impondo aos assalariados e demais explorados as mazelas do capitalismo. A capitulação dos partidos que falsamente reivindicam “socialistas” em apoiar a candidatura à reeleição de Lula, evidenciam seu oportunismo eleitoral e os coloca como cúmplices dos ataques aos oprimidos. Esse é o real conteúdo de classe expresso na incorporação de Guilherme Boulos ao governo burguês, no momento em que este acirra os ataques contra as massas e negocia no Congresso leis regressivas. A democracia burguesa mostrou seu esgotamento histórico há mais de um século, contudo, “as massas estão iludidas pela propaganda burguesa e pelas direções sindicais quanto ao governo Lula/Alckmin”⁴. ●

É preciso combater os ataques do governo burguês pró-imperialista Lula/Alckmin com a força da ação direta e a unidade nacional das massas!

Nenhuma ilusão na democracia burguesa, forma que se expressa a ditadura de classe da burguesia!

Organizar oposições revolucionárias nos sindicatos, contrapondo à política de alinhamento ao governo burguês!

1. “Lula recorre à retórica da defesa da soberania nacional para ocultar sua política pró-imperialista e de submissão ao capital financeiro internacional” – Pág. 02 do jornal O Internacionalista nº 30 (agosto de 2025).

2. “Governo de Frente Ampla tenta reverter a queda de popularidade com paliativos e migalhas” – Pág. 03 do jornal O Internacionalista nº 26 (abril de 2025).

3. “Governo de Frente Ampla Lula/Alckmin avança com as privatizações e os ataques ao funcionalismo público” – Pág. 02 do jornal O Internacionalista nº 32 (outubro de 2025).

4. “Por que precisamos de uma oposição revolucionária ao governo Lula/Alckmin” – Pág. 11 do jornal O Internacionalista nº 01 (fevereiro de 2023).



Escancarado *entreguismo* de Lula perante os EUA

Na medida em que se dissipa a retórica da defesa da soberania contra as tarifas abusivas de Trump, surgem as negociações do governo Lula com os EUA sobre concessões à exportação de etanol, de “terras raras” e a possível construção de centros de processamento de dados e de IA em nosso país. Em troca, Trump supostamente retira ou diminui as tarifas aos produtos exportados desde o Brasil para os EUA.

Pesou no recuo norte-americano a pressão das empresas desse país que viram seus custos de produção aumentarem pelo aumento das tarifas, e do crescente descontentamento de consumidores que viram os preços de produtos e serviços básicos crescerem em 50%. Pesou ainda os protestos de produtores agrícolas que se viram prejudicados pela decisão da China de comprar os produtos agrícolas do Brasil e, especialmente, a soja que é o principal produto exportado dos EUA para a China. Estava como ameaça sobre Trump a decisão de câmaras de comércio e produtores estadunidenses acompanhar um projeto de lei que fora aprovado no Senado para desativar as tarifas impostas por Trump. A política de “máxima pressão” praticada contra o Brasil se mostrou insus-

tentável e um blefe muito oneroso. Mas, ainda assim, Trump conseguiu o principal objetivo econômico que procurava com a extorsão tarifária.

Lula conseguiu reduzir a ofensiva tarifária abrindo o terreno para o deslocamento das exportações taxadas abusivamente para China e outros países. O fato de Bolsonaro ser preso e a maioria nacional do país se pronunciar contra a anistia dos envolvidos na aventura golpista de 8 de janeiro de 2023, aumentando a possibilidade de vitória de Lula em 2026 e que, graças a um plano muito generoso de subsídios às empresas afetadas pelo tarifaço e escoamento dos bens taxados para novos mercados, conseguindo ainda o apoio de setores da burguesia agroindustrial mais afetados pelas tarifas. EUA superestimou sua capacidade de ditar o curso da resolução da crise política com o julgamento de Bolsonaro e de impor ao Brasil uma mudança radical da política exterior em relação aos BRICS.

É nesse quadro que se realizou a reunião entre Mauro Vieira (Ministro das Relações Exteriores), Marco Rubio (o Secretário de Estado dos EUA) e Jamieson Greer (representante comercial dos EUA) do dia 16/10, que reforçou esse rumo traçado pelo governo. Alguns

//

...

Lula conseguiu reduzir a ofensiva tarifária abrindo o terreno para o deslocamento das exportações taxadas abusivamente para China e outros países. O fato de Bolsonaro ser preso e a maioria nacional do país se pronunciar contra a anistia dos envolvidos na aventura golpista de 8 de janeiro de 2023, aumentando a possibilidade de vitória de Lula em 2026 e que, graças a um plano muito generoso de subsídios às empresas afetadas pelo tarifaço e escoamento dos bens taxados para novos mercados, conseguindo ainda o apoio de setores da burguesia agroindustrial (...)

→ dias depois, Rubio e Greer se reuniram com empresas mineradoras operando no Brasil visando a estabelecer parcerias com empresas Australianas, como a St. George, para a prospecção e exploração de terras raras até 2027. Moreira Salles (mineradora de capital nacional) estuda junto de empresas dos EUA e da Austrália a exploração de nióbio, tendo o encarregado de negócios dos EUA no país, Gabriel Escobar, como intermediário. O encontro entre Trump e Lula na ASEAN - que aquele caracterizou de "positivo" - foi precedido por essas circunstâncias.

A exploração de minerais críticos é um objetivo principal do imperialismo norte-americano. De serem realizados acordos entre os EUA e o Brasil, nosso país se incluirá na lista dos acordos dos EUA com Japão, Austrália e Argentina. A eleição na Bolívia de um governo francamente pró-imperialista poderia ainda garantir mais recursos aos EUA e facilitar seu objetivo de garantir uma base de recursos para continuar a guerra comercial desde uma posição mais fortalecida e, sobretudo, acelerar e fortalecer o aparelho bélico e militar no momento em que a possibilidade de um choque militar contra a China se projeta.

A China tem se tornado um país chave na extração e processamento de "terras raras" e minerais críticos. Demonstrou seu poder de atingir os EUA depois de impor controles à exportação desses elementos, e diminuir as capacidades industriais e militares dos EUA. A China é o fornecedor dominante no mercado desses minerais indispensáveis à indústria civil e militar (baterias, semicondutores, equipamentos óticos etc.), além de o único produtor de samário (metal que

compõe as "terras raras") com aplicações militares, a dominar o refino de disprósio ultrapuro (para produção de chips ultrarrápidos) e a fabricar 90% dos ímãs usados em componentes eletrônicos e motores elétricos.

No mais recente Congresso do Partido Comunista Chinês (PCC), foi aprovado o plano de cinco anos para a autossuficiência em produtos tecnológicos, equipamentos eletrônicos e minerais. Somada à elevada produtividade e tecnificação de sua indústria nacional, China poderia ampliar o abismo das vantagens industriais e produtivas perante os EUA, o que tem se revelado, particularmente, no aumento exponencial de suas capacidades militares e tecnológicas. Antes que esse processo se consome, os EUA precisam garantir condições mínimas industriais e comerciais para se prover de recursos para manter a concorrência e, sobretudo, capacidades militares para derrotar seu principal rival mundial.

Comprova-se o prognóstico de nosso manifesto nº 78 do PPRI de que os EUA recorriam ao *"arcabouço da guerra comercial para pleitear e impor acordos que sejam do interesse imediato dos EUA em sua disputa contra o avanço da China no país e na América Latina. Nesse sentido, a "disposição" dos EUA em negociar como parte do acordo de retirada das taxas abusivas o acesso e exploração das chamadas "terras raras" (...) assinalou o real motivo das manobras de Trump."* Mas, também de que as *"empresas tecnológicas (Google, Meta, Microsoft, X, TikTok)"*, exigiam *"a aprovação de licenciamentos ambientais mais flexíveis visando construir no Brasil ... centros de processamento de dados ou "data centers".*

Lula não apenas demonstra o conteúdo entreguista de sua política externa ao aceitar perder o controle sobre extração e processamento de recursos naturais importantíssimos ao desenvolvimento das forças produtivas internas, como, sobretudo, sua subserviência ao se tornar um peão nas movimentações belicistas do imperialismo contra seu principal parceiro comercial. Enquanto continua a discursar desde a tribuna para sua base eleitoral de que *"não se curvará"*, Lula se curva perante Trump e suas exigências na prática. É característico

dos governos burgueses a dissociação entre os discursos de campanha e a política interna e externa que se aplica. Isso explica porque pode-se entregar um ministério - sem qualquer poder decisório real na economia ou na política de estado - a um pretensão "socialista" visando ampliar a base social e eleitoral do governo (ver nota pág. 7), enquanto Lula: **a)** entrega a exploração do petróleo às multinacionais estrangeiras passando por cima dos povos originários e destruindo suas condições de existência física e cultural; **b)** apoia uma lei que destrói as condições naturais para a existência da humanidade em benefício de um punhado de grandes capitalistas imperialistas (PL da Devastação); **c)** impulsiona uma contrarreforma que destrói os empregos e direitos do funcionalismo para repassar mais dinheiro para os parasitas da dívida pública (ver nota pag. 10); **e)** mantém a política de arrocho orçamentário para desviar recursos ao capital financeiro (Arcabouço Fiscal) etc.

Nenhum governo burguês defenderá a soberania e independência nacionais por mais manobras retóricas que ensaie. Nem tomará medidas contra o imperialismo e nem assumirá uma maior autonomia nas decisões e política interior e exterior, o que exigiria mobilizar a classe operária e os demais oprimidos desde seus sindicatos para impedir as ameaças e extorsões imperialistas recorrendo a bloquear as empresas imperialistas, os portos, ocupar indústrias etc. Na época de completa submissão e decomposição das raquíticas burguesias nacionais das semicolônias ao imperialismo, a defesa da soberania nacional passou para as mãos do proletariado, única classe que pode romper com os EUA e expropriar suas empresas e bancos sem indenização e os estatizar sob controle operário coletivo, estabelecer o monopólio sobre o comércio exterior e desenvolver as forças produtivas com o aproveitamento integral dos recursos naturais e industriais por meio de um plano racional e único de produção, desconhecer a dívida pública e expulsar os agentes do imperialismo em nosso país, por meio da revolução social, erguendo o governo operário e camponês apoiado nas massas em armas. ●

FOLHETO

Inviabilidade da

DEMOCRACIA BURGUESA



“ Nas semicolônias assim como nas metrópoles, o fascismo e a democracia são duas manifestações da ditadura de classe da burguesia ”

Adquira com nossos militantes!

Privatização dos Correios é empurrada por Lula/Haddad

As direções sindicais se preocupam com a reeleição de Lula, do que em organizar uma greve nacional unificada contra o privatismo e a destruição dos direitos da categoria.



O PL 7488/2017 do deputado Eduardo Bolsonaro que visa privatizar a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), teve ditame favorável nas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS), a de Comunicação (CCOM) e a de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e, agora, se encaminha para sua aprovação final, abrindo o curso da privatização dos Correios.

O governo Bolsonaro criou as condições para sua privatização impulsionando o PL 7488/2017. Por sua vez, a mesa diretiva da ECT tomou diversas medidas que criaram condições para o déficit da empresa com prestadores crescesse sem controle e dessa forma justificar sua posterior privatização. Desde fora e também desde dentro da empresa, houve medidas que leva-

ram o governo Lula a continuar o rumo de sua privatização. Surpreende, no entanto, que não há qualquer apresentação de dados que justifiquem como se passou de superávit após a pandemia (quando o mercado de envios cresceu exponencialmente e o serviço dos correios obteve superávits recordes) para déficit dois anos depois. Se bem os gastos cresceram por conta do aumento dos envios por correio de produtos e bens, o número de transportes não cresceu no mesmo ritmo, o quadro de empregados se manteve estável, os salários ficaram praticamente congelados, aumentou inclusive a terceirização e não houve aumentos consideráveis com despesas em agências etc. Sequer houve apresentação de resultado negativos em anos anteriores que indicassem onde e como aumentavam as expensas acima

das receitas. Mas, agora sim se sabe, de forma suspeita até, que as “perdas” foram de R\$ 553,2 milhões em 2024 e R\$ 2,64 bilhões em 2025. Tudo indica que se “criaram” as condições para o aumento da dívida com bancos privados que, de forma suspeita, agora fazem parte dos interessados na privatização dos Correios. E discutem com Lula como estabelecer no curto prazo uma parceria “público-privada” na gestão e administração da empresa.

Segundo informou a Folha de São Paulo, a ECT precisa de R\$ 20 bilhões que o Banco do Brasil (BB), a Caixa e alguns bancos privados estariam dispostos a emprestar, e que Lula está articulando com os bancos estatais o “giro” com garantia do Tesouro Nacional (TN) - atrelado a medidas de ajuste de um plano de reestruturação da empresa. Parte do dinheiro será usado para “capital de giro” (pagamento de provedores, dívidas e compromissos financeiros) e também para custear as “medidas de ajuste” previstas no plano a exemplo de: a) demissões voluntárias, b) mudanças no plano de saúde e c) renegociação de passivos atrasados, dentre outras medidas de “reestruturação empresarial”. Isso é que está se discutindo entre os ministros

Haddad (Fazenda), Dweck (Gestão), Siqueira Filho (Comunicações) e representantes do TN, da PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), do BB e da Caixa. Os bancos privados que se farão de uma fatia lucrativa dos Correios são BTG Pactual, Citibank e ABC Brasil, credores dos Correios em uma “operação contratada” no primeiro semestre deste ano (não está claro ainda a que objetivo se realizaram os empréstimos dos bancos privados).

O déficit da ECT com a prestadora do plano de saúde dos trabalhadores, Postal Saúde, cresceu 80% em 2025, sendo de R\$ 692,2 milhões. O plano de saúde conta com mais de 200 mil beneficiários (25% deles com 60 anos ou mais). A “reestruturação” dos Correios se orienta a reduzir os custos de planos de saúde dos assalariados, que deverão passar a pagar de seu bolso para ampliar as prestações ou ter cobertura completa em clínicas privadas. Essa via está clara no plano do governo, que visa impor essa situação ao propor “credenciar uma operadora” e oferecer patrocínio, ou pagar um “auxílio-saúde mensal”, deixando a cargo do trabalhador a decisão de como “utilizar o recurso para fins de saúde”.

→ **As direções da CUT (PT) e da CTB (PCdoB) estão de mãos dadas em reeleger Lula, que promove a privatização dos Correios e a destruição de direitos. Estão corrompidas no eleitoralismo e curvadas perante o governo burguês que é um instrumento dos capitalistas para atacar os assalariados e avançar às privatizações, que nada de bom trazem para a população e, muito menos, para os trabalhadores. Esses pelegos devem ser varridos das direções e, assim, recuperar os sindicatos para lutar.**



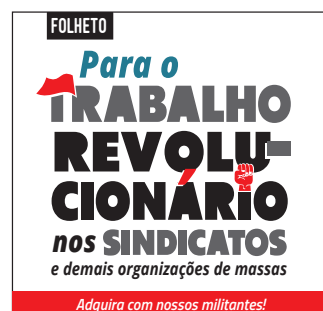
Hoje são cerca de 10 mil unidades de atendimento dos Correios - 7 mil são agências próprias ou franquizadas. Apenas 15% eram superavitárias, ou seja, geravam receitas maiores do que o custo para mantê-las. As restantes são mantidas com os lucros gerados pelas agências mais lucrativas. A redução de agências será parte do plano de negócios da ECT privatizada, reduzindo custos de manutenção, aluguéis, empregos etc. avançando à plataformação no atendimento, como vem se fazendo nos bancos, e que objetiva aumentar os lucros precarizando os empregos. Haverá ainda a criação de “um fundo imobiliário com imóveis dos Correios” para que, seja os vendendo ou os entregando para quitar dívidas, o Correio pague aluguel dos

que continuarem como agências.

Enquanto o projeto avança, as direções sindicais iniciam a campanha eleitoral pela reeleição de Lula, negligenciando a necessidade de organizar a categoria desde já para defender seus direitos, empregos e condições trabalhistas que estão sendo atacados para criar as condições da privatização dos Correios. Ao invés de lutar se orientam a “apresentar emendas” como “barreiras e exigências mínimas para a entrada de empresas no setor, dialogar com parlamentares das comissões buscando apoio de bancadas estratégicas”, além de “solicitar audiências públicas para ampliar o debate e organizar mobilização para que, caso o projeto seja aprovado na CCJC...”, como afirmou a CUT. Ou seja, a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas dos Correios e Telégrafos e Similares (FENTECT) vai esperar que o projeto seja aprovado antes de convocar qualquer mobilização. A direção petista da categoria, como a da CTB (PCdoB) apostam a “nego-

ciar” algumas mudanças, sem se opor à privatização e à mudança nas condições trabalhistas. Assim, podem apresentar qualquer migalha como vitória. Uma traição desavergonhada!

As direções da CUT (PT) e da CTB (PCdoB) estão de mãos dadas em reeleger Lula, que promove a privatização dos Correios e a destruição de direitos. Estão corrompidas no eleitoralismo e curvadas perante o governo burguês que é um instrumento dos capitalistas para atacar os assalariados e avançar às privatizações, que nada de bom trazem para a população e, muito menos, para os trabalhadores. Esses pelegos devem ser varridos das direções e, assim, recuperar os sindicatos para lutar. É necessário opor ao peleguismo dos petistas e pedecobistas uma oposição classista e revolucionária apoiada nas bases e as organizando para combater os ataques e conquistar a independência de classe, mobilizando os ecetistas contra a superexploração, o desemprego e a privatização dos Correios com a luta de classes. ●



ppri4.org / ppri.partido
ppri.partido@proton.me
correntesindicalmarxistagloria@proton.me //
correnteestudantilmarxistagloria@proton.me



Boulos ministro do governo burguês de frente ampla

O Psol retira sua máscara carnavalesca de independência e mostra seu verdadeiro rosto democratizante e de *subserviência* ao governo de frente ampla burguesa.

Guilherme Boulos (Psol) assumiu o ministério da Secretaria-Geral da Presidência a pedido de Lula. O ministério não incide sobre as decisões e medidas econômicas, políticas ou administrativas do governo federal. Sua “importância” reside em servir às relações do governo com movimentos e sindicatos visando à reeleição de Lula. Boulos não terá qualquer poder de modificar os rumos dos ataques aos direitos dos povos indígenas, de privatizações dos serviços públicos e de contrarreformas. Mas, deverá assumir a defesa do governo e trabalhar eleitoralmente por Lula no momento em que o governo e o Congresso acirram sua ofensiva contra os empregos, os salários e os direitos dos trabalhadores.

Em troca de servir de cabo eleitoral a Lula, Boulos estaria impossibilitado de se candidatar mais uma vez como deputado. Entretanto, é bem provável que esse tenha calculado bem sua movimentação pessoal para usar seu posto ministerial para ampliar sua base política e social. Boulos assumiu historicamente uma posição cômoda de aparentar ser independente para, assim, arrastar um setor dos explorados por trás de Lula. Isso favorecia seus interesses de continuar a dirigir um setor das massas e negociar com os governos petistas projetos de moradia

e subsídios que garantissem essa ascendência. Seu oportunismo ludibriou muitos honestos militantes populares e sindicais engeguecidos com sua ascendência social.

Lula é o maior beneficiado pelo “acordo”. Não por acaso tornou-se experiente no “toma lá, dá cá” da política burguesa. Precisa de um dirigente social com ampla influência entre um setor dos explorados não organizados pelos sindicatos e que o caudilho não controla diretamente. Seu objetivo é garantir sua popularidade eleitoral entre esses setores para contar com maior possibilidade de vitória, enquanto continua negociando no Congresso as medidas de ataque e as contrarreformas. Ficou bem claro nestes últimos anos que o governo “fatia” ministérios visando estabelecer uma verdadeira feira de compra e venda de apoios políticos e eleitorais. Enquanto os “lotes” de menor valor vão para os “radicais” para que sirvam à agitação de sua base eleitoral, os de “maior” valor (ministérios estratégicos, empresas estatais e órgãos federais de controle ou fiscalização) se entregam aqueles partidos e coalizões que têm mais poder à hora de negociar alianças regionais eleitoralmente, ou projetos de leis no Congresso.

O Psol começou uma campanha para ludibriar suas bases com a suposta significação “progressista” da

nomeação de Boulos. Apresentam-na como uma “virada” à esquerda de Lula em direção aos movimentos sociais e as “lutas populares”, além de que irá garantir à esquerda uma maior capacidade de “pressionar” o governo e, assim, dar um “giro” de 180° a suas medidas mais “impopulares”. O contrário é verdadeiro: com a integração de Boulos ao governo burguês, também a direção do Psol (que o escolheu como candidato e defendeu sua decisão de entrar no governo) assumirá mais acirradamente a defesa do governo de frente ampla da burguesia e, nesse sentido, terão de cumprir a função de traidores dos movimentos e greves que ameacem a candidatura de Lula ou sua governabilidade. Isso se verá ainda mais claro com as direções sindicais do funcionalismo sob controle do Psol ou de suas correntes internas. Se de um lado irão se mostrar mais “radicalizadas” no discurso contra o Congresso e convocar mobilizações controladas para servir de tribuna eleitoral à reeleição de Lula, de outro farão de tudo para evitar a generalização das lutas e trairão a luta contra a Reforma Administrativa e o governo de Lula.

Segundo um “marxista” que se passou desavergonhadamente ao campo político burguês (nos referimos a Valério Arcary), a integração de Boulos ao governo não com-

continua →

→ promete a independência do Psol porque está “licenciado” de seu cargo de direção. Acoberta-se assim o descumprimento das resoluções tomadas pelo partido de que nenhum membro poderia assumir cargos no governo perante o qual eles, supostamente, são “independentes”. A integração de psolistas ao governo burguês foi apoiada pela mesma maioria que permitiu rasgar essa decisão. A formalidade utilizada por Arcary para defender Boulos é um truque tipicamente burguês. O Psol quer parasitar a figura de Boulos para ampliar seu caudal eleitoral. Boulos se utiliza desse partido para posar de “socialista” e agora usará o ministério para ampliar sua base eleitoral e, assim, se mostrar como “sucessor” de Lula. Esse oportunismo desavergonhado poderá desatar uma luta interna virulenta no Psol, ou levar a novas rupturas. Inúmeras são as correntes centristas que parasitam durante anos desse partido e se acobertam por trás de sua máscara “socialista” para lançar candidaturas próprias. Com a nova viragem ficarão mais isoladas, e terão de romper ou se submeter ao governismo de sua direção e correntes majoritárias.

É hipócrita se dizer independente do governo e, ao mesmo tempo, assumir sua defesa quando seus membros mais destacados assumem ministérios e passam a defender seus ataques contra as massas, embora tentem enganá-las responsabilizando apenas o Congresso. Edmilson Rodrigues se uniu à gestão reacionária da prefeitura de Belém. Marcelo Freixo abandonou todo seu programa “progressista” para tentar ser eleito no Rio de Janeiro. Sônia Guajajara cala a boca perante a ofensiva entreguista do petróleo na Ba-

A nomeação de Boulos e seu objetivo estritamente eleitoral demonstram que a vanguarda com consciência de classe deve dar as costas ao “socialistas” que abandonaram o campo da independência de classe para se subordinar aos objetivos do PT e seu caudilho, visando garantir sua reeleição que (se eleito) erguerá mais um governo de continuidade ao serviço dos interesses do grande capital, e seguirá assentado nas negociatas com as frações burguesas oligárquicas que controlam o Congresso.

cia da Foz do Amazonas, que ameaça destruir os ecossistemas e territórios dos povos indígenas que ela devia defender. Quando candidato a prefeito de São Paulo, Boulos assumiu um programa de segurança reacionário, rejeitou defender as reivindicações do movimento que o ergueu como líder e calou a boca perante o genocídio palestino por temor a seus apoiadores sionistas. Fazer acreditar às massas que Boulos fará diferente sendo ministro de Lula serve à enganação eleitoral.

O Psol se integrou ao governo burguês visando garantir seus interesses eleitorais. Esse caminho é percorrido pelas correntes internas majoritárias do Psol na APEOESP e no SINPEEM. Nesses sindicatos, romperam as oposições ou as arrastaram por trás do PT (como no Sinpeem) e se integraram à burocracia petista e pecedebista (PCdoB) defendendo suas traições e servindo de instrumento de disciplinamento burocrático de um setor da vanguarda que acredita (ingênua ou interessadamente) que o Psol joga um papel progressivo na luta de classes. O certo é que viraram algozes da vanguarda e das categorias ao defender os ataques e acompanhar à burocracia na sua traição às tendências grevistas. Só um falsificador poderia afirmar que os membros do Psol

farão diferente sendo ministros de um governo que aprova ataques trás ataques contra as massas.

A nomeação de Boulos e seu objetivo estritamente eleitoral demonstram que a vanguarda com consciência de classe deve dar as costas ao “socialistas” que abandonaram o campo da independência de classe para se subordinar aos objetivos do PT e seu caudilho, visando garantir sua reeleição que (se eleito) erguerá mais um governo de continuidade ao serviço dos interesses do grande capital, e seguirá assentado nas negociatas com as frações burguesas oligárquicas que controlam o Congresso.

Mas, tampouco se deve deixar enganar pelos que denunciando corretamente essa traição do Psol e Boulos, convergem com os reformistas em defender que a saída à crise e destruição das condições de vida das massas reside em votar candidatos “socialistas” da Oposição de Esquerda. Não há saída favorável para as necessidades das massas pela via eleitoral, e sim pela via da luta de classes organizada nacional e unitariamente sobre a base da ação direta de massas. Eis como as massas na prática concreta de defender suas condições de vida e direitos com seus próprios métodos de luta farão a experiência com a impossibilidade de garantir suas necessidades pela via das instituições burguesas.

Nas condições ditadas pela disputa inter-burguesa e decomposição democratizante das esquerdas ditas socialistas, ressalta a tarefa da defesa do Voto Nulo Programático que tem por conteúdo a defesa da estratégia proletária, e que permite os explorados e oprimidos se aproximarem do programa da revolução social e dos métodos que irão libertar, finalmente, da opressão social e nacional. Essa tática é imposta pelas condições em que a legislação burguesa restritiva e ditatorial impede ao partido revolucionário apresentar seus candidatos e defender abertamente seu programa. E também se ergue como uma denúncia contra todos os partidos e frentes de esquerda que abandonaram a tática eleitoral leninista, e terminaram se acomodando à democracia formal que preserva a ditadura da burguesia. ●

FOLHETO
NOVO!

Para o

TRABALHO

REVOLU-

CIONÁRIO

nos SINDICATOS

e demais organizações de massas

Adquira com nossos militantes!

Sindcaraguatatuba:

APÓS DOIS ATOS COMPLETAMENTE ESVAZIADOS, NOS DIAS 14 E 27 DE OUTUBRO, A CAMPANHA SALARIAL ENCONTRA-SE, NA PRÁTICA, ENTERRADA.

Conlutas arrefece movimento e as bases não demonstram mais interesse em nova paralisação. Faltas injustificadas seguem de pé, mas um pequeno aumento no VR e VA é arrancado da prefeitura.

No último jornal (OI nº 32, outubro de 2025) dissemos que iríamos atuar no ato convocado fora do horário de trabalho, no dia 14/10, no intuito de chamar à categoria para uma nova paralisação ainda para 2025, porque as faltas injustificadas seguem valendo, e a CSP-Conlutas canalizava o movimento para pressionar a prefeitura via método jurídico-parlamentar. Os resultados destas ações de esvaziamento da tendência de luta demonstrada em agosto e setembro, se manifestaram claramente no ato dia 14: apenas 30 pessoas (contando com membros da direção) estavam reunidas em frente à Câmara Municipal. Diante dessa conjuntura, especialmente do esvaziamento em relação aos atos anteriores, entendemos que não era viável nesse momento propor nova paralisação quando o retrocesso era um fato objetivo, e não havia como mudar os rumos impostos pela direção majoritária.

Novo ato/caminhada foi proposto para o dia 27/10 (feriado do dia do servidor público), desta vez de manhã e com passagem nas bases com boletim da direção. Ainda assim, mesmo com o tempo bom e feriado, a quantidade de pessoas foi a mesma do dia 14. Sem dúvida, a política de contenção da luta e de esvaziamento tiveram suas consequências sobre a disposição da categoria a se organizar do qual se aproveitou a direção para colocar a impossibilidade até da caminhada pelo centro, como previsto. Diante deste cenário, tivemos claro que não se podia convocar a uma paralisação – ainda que tenhamos em nossa fala mencionado nova paralisação, mas de maneira puramente propagandística em

em defesa dos métodos corretos de luta em oposição à política democratizante da direção da Conlutas.

É necessário nesta nota iniciar um balanço do movimento sindical de Caraguatatuba no ano de 2025, balanço esse que será fechado no próximo jornal. Caraguatatuba é um município com 135 mil habitantes, portanto uma cidade média de acordo com os critérios do IBGE. Quase não há indústria de transformação, exceto a Unidade de Tratamento de Gás da Petrobrás, e sua economia é voltada para comércio e serviços relacionados ao turismo. Durante décadas, o SinServ, sindicato de carimbo, tinha afundado na paralisia ao funcionalismo, limitando-se a negociar com o governo sem assembleias e sem lutas. Podia-se então pensar que essas condições fariam quase impossível um movimento sindical romper essa inércia.

A criação do SindCaraguatatuba expressou uma tendência de setores da vanguarda do funcionalismo a romper a paralisia e lutar pelas suas reivindicações, que estava se gestando após anos e anos de ataques e retrocessos. Veio à tona a impossibilidade de apagar a luta de classes que sempre existe em resposta ao agravamento das condições de vida e trabalho, que somente não se manifesta pelas traições das direções afundadas na política de conciliação de classes.

Isto demonstra a relevância de um sindicato para a luta e da paralisação de mil funcionários públicos nesta nossa primeira campanha salarial. Houve desvios denunciados anteriormente neste jornal, realizados especialmente por parte da direção da Conlutas e do PSTU. No entan-

to, a experiência que os servidores ganharam quando aderiram aos métodos da ação direta tem um valor inestimável e podem, se realizada uma ampla campanha de propaganda e agitação nas bases, ajudar à retomada de manifestações e greves. Porém, os problemas que denunciávamos ainda não foram resolvidos, especialmente a questão das faltas injustificadas, que influenciam negativamente no estágio probatório e podem servir de arma à prefeitura para tentar impedir ou esvaziar as manifestações e atividades.

Ainda, a prefeitura ofereceu dobrar os valores do VR (de 8 para 15 reais para professores e de 15 para 30 reais para servidores de jornada de 40 horas semanais) e aumentar em 50 reais o VA. Está claro que esses valores são irrisórios e não resolverão os problemas ocasionados pela carestia do curso de vida, porém, estes nem teriam sido cogitados de ser implementados sem a paralisação, ou seja, sem ações coletivas, e servem então de aprendizado para os servidores – sem tradição de luta – de que essas migalhas só vieram com as ações diretas.

Por fim, com o arrefecimento do movimento e as bases dando sinais claros de que não paralisará este ano, nos resta tirar as lições políticas e práticas deste ano, compreender a raiz dos erros que possamos ter cometido e iniciar os preparativos para a organizar uma grande, ativa e radicalizada campanha em 2026.

A campanha salarial de 2025, praticamente encerrou em Caraguatatuba. Entretanto, devemos estar vigilantes perante novos ataques e, apesar da direção majoritária, nos organizar imediatamente para novas ações. ●

26/10



ATO CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA DO GOVERNO LULA E CONGRESSO EM BOA VISTA/RR

No dia 26 de outubro, ocorreu um ato contra a Reforma Administrativa em Boa Vista/RR. O ato foi uma das atividades de luta construída por movimentos, sindicatos e partidos e que incluiu diversas reuniões e debates chamados pela SESDUF-RR. O ato aconteceu na Praça das Águas, no centro da cidade, e contou com cerca de 50 pessoas. Para quem acompanhou, as posições políticas tiveram duas expressões principais expressas nas falas dos partidos: a de que a Reforma Administrativa é de responsabilidade do congresso nacional, e que seria necessário, portanto, eleger parlamentares de esquerda para mudar o conteúdo do congresso, caracterizado como “inimigo do povo”; e a que denunciou não só a participação do governo Lula e demais governos como mostrou que o estado, enquanto aparelho da burguesia, tem o papel de preservar os interesses de classe impondo contrarreformas, a exemplo da Reforma Administrativa.

Os partidos reformistas (principalmente PT e PSOL) não se cansaram de repetir que é necessário eleger parlamentares para “defender” os direitos dos trabalhadores. Os discursos deles são muito parecidos porque ambos são governistas, eleitoreiros e escondem os ataques de Lula (Arcabouço Fiscal e as 38 medidas da contrarreforma administrativa já implementadas pelo governo). Buscam iludir os trabalhadores e trabalhadoras com a ideia de que as eleições vão melhorar as condições de vida. Mas, nós do PPRI, denunciamos essa ilusão, denunciamos a cum-

plicidade de Lula no avanço da Reforma Administrativa e colocamos a defesa dos métodos da ação direta, como a forma correta de jogar essa reforma no lixo, e ainda defendemos a necessidade de as direções dos sindicatos chamarem assembleia para discutir as contrarreformas trabalhista, da previdência e administrativa, e que fossem convocadas as greves, ocupações e paralisações para que os trabalhadores decidam como enfrentar e derrotar os ataques dos governos.

Ficou evidente no ato que a CUT, e partidos como PT e PSOL, não mobilizaram suas bases e não se empenharam como fizeram nas manifestações contra a “PEC da blindagem” para que houvesse participação massiva no ato, pois lá não prevaleceria a ilusão das eleições e de que o congresso é o único que ataca os trabalhadores, mas haveria denúncia, como demonstramos nas reuniões de construção do ato. Fica claro que o que não serve para as eleições é boicotado pelos governistas.

Nosso papel é denunciá-los constantemente e mostrar aos trabalhadores que seu método para impor suas reivindicações não é a das eleições, mas a da luta de classes e organização coletiva. Só a partir das greves e embates com os governos, por meio dos métodos da ação direta, é possível avançar na luta contra o capital e defesa real dos salários, condições de trabalho e de vida. Esse foi o conteúdo de nossa fala no ato e do Manifesto que distribuimos e publicamos na sequência. ●

A Contrarreforma Administrativa é mais um brutal ataque desferido pelo governo federal aliado ao Congresso contra os serviços públicos e o funcionalismo!

O governo Lula é responsável por apoiar mais essa contrarreforma que estende as reformas trabalhista e previdenciária para todo o funcionalismo

MANIFESTO PPRI

25 de outubro de 2025 / nº 86

O ato convocado por sindicatos, movimentos e partidos contra a Reforma Administrativa é um passo necessário para organizar uma luta nacional unificada contra uma contrarreforma que visa à destruição dos direitos, rebaixamento de salários e a progressiva terceirização e privatização dos serviços públicos.

A Reforma Administrativa é um dos maiores ataques ao funcionalismo e aos serviços públicos realizados há muitas

décadas. Complementa as reformas Trabalhista e Previdenciária, as estendendo para todo o funcionalismo. Os três poderes (governo, Congresso e Justiça) estão de mãos dadas no objetivo de acabar com a estabilidade, impor a contratação temporária e alavancar a produtividade no funcionalismo visando, dessa forma, a reduzir custos necessários à manutenção da qualidade dos serviços essenciais à população assalariada e pobre. Sob pressão da “avaliação por desempenho”, ↑

→ a plataformação e os contratos temporários, se procura estender a jornada anual de trabalho e reduzir os encargos patronais, portanto, desviar os recursos que não foram aplicados para que sejam parasitados pelo capital financeiro no pagamento da dívida pública. Os trabalhadores conhecem muito bem o marco legal que permite esse brutal ataque: chama-se Arcabouço Fiscal de Lula/Alckmin.

A Reforma Administrativa cairá como uma bomba relógio no colo do funcionalismo que terá de olhar à cara dos dirigentes sindicais que, como fizeram com a greve das Federais e do INSS, farão um faz de conta que querem lutar para depois virar às costas e trair as lutas correndo atrás das eleições sem se importar da desgraça que recairá sobre o funcionalismo. Para quem faz do aparelho sindical um modo de vida e um trampolim eleitoral, as mudanças no estágio probatório, a modificação dos regimes de ingressos, a redução do salário inicial, a introdução de contratos temporários e bônus atados à “produtividade”, a avaliação por desempenho que destrói a progressão salarial por tempo de serviço, a revisão do direito a férias, a mudanças no 14º salário, a regulamentação do trabalho remoto etc., lhes importa menos que eleger deputados e senadores que dizem ser nossos aliados, mas quando chegam no Congresso apoiam leis e PEC que atacam as condições de vida dos trabalhadores que deveriam defender.

Centralizadas pela defesa da política de ataques do governo, portanto, da política ditada pelos monopólios e pelo capital financeiro, traem as greves e mobilizações que se chocam com a política antipopular e antinacional de Lula. Já foi imposta uma reforma administrativa aos servidores do INSS, e se implementou a Prova Nacional Docente (PND) que baliza as contratações precatórias (temporárias).

E sob a farsa de combater a ultradireita nas eleições e responsabilizar exclusivamente o Congresso, tentam acobertar a responsabilidade direta de Lula/Haddad, as burocracias sindicais arrastam os assalariados por trás das campanhas para 2026, chamando-os a votar em quem os ataca. Com seu servilismo eleitoral e suas manobras burocráticas para conter as lutas, colocam-se no campo de classe dos inimigos dos assalariados. Por isso, não querem organizar um movimento nacional contra as contrarreformas administrativa, trabalhista e previdenciária; menos ainda contra o ajuste fiscal e a política econômica pró-imperialista de Lula do Arcabouço Fiscal, favorável ao capital financeiro e ao privatismo. Enchem a boca para denunciar a PEC da Blindagem e divulgam tudo sobre o “esquema golpista” de Bolsonaro e seus aliados, mas omitem esse golpe da burguesia imperialista e nacional contra os interesses vitais da população assalariada e da nação oprimida. Assim, convertem-se em cúmplices dos ataques e em agentes de sua imposição aos sindicatos e centrais.

Nota-se que TODA a burguesia e seus partidos a defendem e exigem que seja aprovada. Existe de fato uma frente única que vai desde a ultradireita até os ditos partidos de esquerda do PT e Psol para que seja aprovada, apesar de que tenham divergências sobre vários aspetos. Eis porque não haverá como barrar seu avanço e impor sua retirada sem uma frente única dos explorados e oprimidos, de todo os assalariados do funcionalismo, os constituindo em uma força social unitária e a luta nacional, baseada nos métodos

da ação direta e coletiva, até a contrarreforma administrativa seja jogada no lixo. E isso significa, evidentemente, mobilizar os trabalhadores contra o governo de Lula que a impulsiona, apoia e pretende aprová-la o quanto antes. Está claro que é parte dos cálculos eleitorais do petismo e aliados que a aprovação da Reforma Administrativa serviria para mostrar para a burguesia que Lula é ainda um bom candidato para garantir seus negócios parasitários e interesses de classe, e que pode contar com ele para impor mais ataques, graças a seu controle sobre as direções burocratizadas e afundadas no democratismo burguês.

A luta unitária, nacional e radicalizada pela derrubada da Reforma Administrativa exige passar por cima das direções que não queiram organizar o combate contra esse ataque. Nesse sentido, é necessário compreender que a vitória das reivindicações só virá pela luta de classes. Essa é uma tarefa colocada à vanguarda que ainda não se corrompeu no eleitoralismo e no servilismo ao governo burguês de Lula. Eis como iremos conquistar nossa independência de classe, dar às costas aos que nos enganam com promessas eleitorais que nunca se cumprem e que agora pretendem nos enganar de novo, e podermos nos organizarmos sob um programa de reivindicações comuns para derrotar os ataques aos trabalhadores. Para isso, temos que recuperar nossos sindicatos das mãos dos burocratas para defender nossas conquistas e direitos arrancados com o sangue, e para impor nossas reivindicações com a luta de classes.

A defesa dos interesses dos assalariados do funcionalismo tem de ser feita pela vanguarda classista e revolucionária no interior dos sindicatos e centrais contra as direções traidoras. Para isso, devem ser construídas as oposições sindicais revolucionárias, expulsando os burocratas e recuperando os sindicatos para combater a burguesia e os governos com independência de classe. Assim, avançaremos à construção da direção revolucionária assentada no programa proletário e forjada na luta de classes. ●

Que as direções sindicais convoquem imediatamente às assembleias e plenárias nos locais e trabalho para começar a organizar e preparar manifestações de massa, ocupações e greves para derrubar a Contrarreforma Administrativa com a ação direta e um movimento nacional e unitário! Formar os comitês de base unitários de todas as categorias para organizar o combate contra mais esse ataque do governo e do Congresso contra o funcionalismo!

É hora de passar dos discursos e falações à ação prática em defesa dos empregos, salários, carreira e direitos!

Lutemos pela formação de oposição sindicais classistas e revolucionárias, que cumpram a tarefa de recuperar os sindicatos para a luta de classes e para conquistar sua independência política e organizativa dos governos e patrões!

Atos contra a chacina de RJ acaba repetindo as **mesmas receitas democratizantes** que se mostram **impotentes para barrar os massacres** nas favelas e cortiços



...
Ainda que se possa unir ou processar este ou aquele responsável, a estrutura do estado policial que se constitui em um instrumento do estado e da burguesia para reprimir e apagar as manifestações da barbárie capitalista, permanecerão intocadas e, assim, **novas chacinas serão cometidas enquanto existir o capitalismo.**

Após a chacina realizada no Complexo da Penha e do Alemão, foram convocados por todo o país atos em repúdio à guerra às drogas que tem por conteúdo os métodos de terrorismo de estado e a “política de extermínio” dos pobres e negros promovida pelo governador de Rio de Janeiro, Claudio Castro.

Em São Paulo-SP, a mobilização reuniu cerca de 10 mil manifestantes de movimentos de negras e negros, de direitos humanos, de vítimas da repressão do estado, centrais sindicais, sindicatos, correntes e partidos. Em São Sebastião-SP, o chamado feito pelo movimento negro contou com o apoio do Fórum dos Sindicatos e Movimentos Sociais, e reuniu 35 manifestantes (uma quantidade razoável para a região). Em ambos, uma das principais reivindicações foi o fim da PM, julgamento dos responsáveis da Polícia Civil e da PM, prisão de Castro e da cúpula da polícia e da Secretaria de Segurança do Estado. Houve ainda a denúncia de que há uma estreita relação entre grupos organizados do crime, como as milícias, com o poder político, demonstrando a hipocrisia do combate ao crime que justificaria a carnificina.

Assim, defenderam-se principalmente políticas de inclusão, de moradia, educação e cultura nas favelas para todos, sobretudo, de inclusão das massas negras oprimidas e empurradas ao crime como uma via para acabar com a guerra entre forças repressivas e facções criminosas. E que era necessária uma política de unidade dos movimentos para se defender dos ataques e chacinas sem, contudo, indicar a via da

organização independente e sob uma política e estratégia próprias. Assim, o enfrentamento contra a violência policial e estatal estaria marcada pela ação institucional e a punição legal dos crimes.

A política erguida pelas maiores e mais importantes organizações e movimentos em defesa dos oprimidos favelados e da população negra, a principal vítima e alvo dos massacres, fica restrita às respostas e processos que podem ser realizados ao interior do regime burguês. Ainda que se possa unir ou processar este ou aquele responsável, a estrutura do estado policial que se constitui em um instrumento do estado e da burguesia para reprimir e apagar as manifestações da barbárie capitalista, permanecerão intocadas e, assim, novas chacinas serão cometidas enquanto existir o capitalismo.

Esse é o conteúdo do manifesto do PPRI nº 87, de 31 de outubro, distribuído no ato (ver pag. 13). Não há como erradicar as condições econômicas, sociais e políticas que afundam um setor da juventude oprimida, fundamentalmente negra, na miséria e desemprego a empurrando a tentar sobreviver e garantir mínimas condições de vida se integrando à estrutura do crime organizado, sem avançar na luta revolucionária pelo fim do capitalismo. Enquanto essas massas continuarem a ouvir e lhes ser prometido que lhes é possível superar essa degradação física e intelectual recorrendo às mesmas instituições que os marginalizam e os rotulam de dispensáveis, portanto, para serem mortos quando o estado policial assim decretar, não haverá saída a barbárie social que tem nas chacinas sua face mais brutal. ●



ppri.partido@proton.me
correntesindicalmarxistagloria@proton.me
csm.roraima@gmail.com

31 de outubro de 2025 / nº 87



PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista



ppri4.org



PPRI.PARTIDO

**CHACINA
NO RIO DE JANEIRO**

A chacina no Rio de Janeiro expõe a real face terrorista do estado burguês e o conteúdo de classe da “guerra às drogas” imperialista que se desfecha sobre toda América Latina

A burguesia é responsável não apenas pela barbárie, como pelo florescimento dos negócios criminosos que afundam a juventude oprimida desempregada no crime!

Combater a barbárie capitalista com as reivindicações que de fato defendem a vida de todos os oprimidos pelo capitalismo, sob a estratégia proletária!

Na terça-feira passada, 28 de outubro, aconteceu um massacre no Rio de Janeiro, considerada a maior chacina da história no estado e do país, superando a chacina de Carandiru.

A barbárie desatada em nome do combate ao narcotráfico foi uma amostra do real conteúdo social e político da “Guerra às drogas” ditada pelo imperialismo, e aplicada a sangue e fogo pelas burguesias e governos semicoloniais. Guerra que é travada especialmente contra a população pobre miserável, cuja esmagadora maioria é negra, vítima do desemprego e da perda de toda perspectiva de melhoria das condições de vida no capitalismo. Os negócios criminosos da burguesia crescem, à medida que decresce a possibilidade de obtenção de valorização do capital apenas por meio da exploração do trabalho assalariado.

As organizações criminosas são conhecidas apenas pelas notícias das contínuas mortes. Os grandes capitalistas, por cima delas, que moram nos condomínios de luxo, não são tocados e vivem e enriquecem impunemente em meio à podridão do regime. participam de uma forma ou outra na logística (transporte de grandes quantidades, distribuição em grande escala

etc.), e que aliás têm capital para realizar a compra de grandes quantidades de produtos (armas, drogas etc.) e para garantir sua distribuição em escala nacional para sua venda posterior. Em meio aos grandes negócios aparecem os intermediários, desde fiscais até vendedores.

Os contrabandistas e criminosos têm até mesmo suas bancadas parlamentares, volta e meia denunciadas por terem apreendidas cargas de drogas em seus aviões. Dessa aliança perversa se alimenta ainda grande parte dos deputados da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, seja com facções como o CV ou de seus inimigos, seja com as milícias. Facções que prosperam graças aos políticos e policiais que os protegem e criam condições de imunidade para estender seus mercados de consumo para serviços imobiliários, energia, gás, internet e qualquer serviço que o estado nega às populações faveladas. Assim, cria-se também um mercado à força de ameaças, terror e mortes.

A burguesia cria a barbárie, empurra ao desemprego, destrói os serviços essenciais para a população e fornece, sobretudo, condições sociais e econômicas para os negócios narcotraficantes e quando a barbárie por ela mesma criada, explode em seu rosto, recorre

às chacinas e os massacres. Mas, continua criando as condições para os grupos criminosos seguir operando e lucrando. Esse ciclo se retroalimenta com a luta entre facções pelo controle dos mercados consumidores, o que se reflete nas disputas intestinas ao interior do estado e nos massacres “seletivos” dessa ou aquela facção.

Ressalta assim toda a hipocrisia da farsa da luta contra as drogas orquestrada pela burguesia que convive junto do narcotráfico às sombras do poder político, e que, diuturnamente, massacra os expulsos do trabalho e das mais elementares condições de vida, e que, em última instância, servem de peões à burguesia narcotraficante e seus associados nos bancos e empresas para se enriquecerem.

Os governos estaduais do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia etc. glorificam a violência reacionária porque se subordinam à política imperialista de listar as facções narcotraficantes como “terroristas”. Não é por acaso que a “Operação Contenção” e a “Operação Verão” da baixada santista, de 2023, são uma mesma política de estado em que a burguesia e seus agentes políticos - como no Equador, no Peru e em El Salvador - seguem a orientação imperialista

continua →

// (...) as chacinas - com as devidas proporções - poderia ser caracterizada de um dos contornos bárbaros da surda guerra civil travada pela burguesia contra os explorados e oprimidos, particularmente, contra um setor dos oprimidos que impedidos de sobreviver vendendo sua força de trabalho são arrastados a reproduzir suas miseráveis condições de vida como soldados e sócios menores da venda das drogas. Sem dúvida nenhuma, **quem mais sofre com essa situação é a população assalariada que mora nas comunidades, vítimas da violência policial e de guerra entre gangues, e a juventude em geral, que tem parte dela, sem perspectivas de estudo ou trabalho, e assim recrutada pelas facções;** e a maioria, que tem suas vidas destruídas pelo consumo de drogas. ■

→ de transformar as próprias mazelas produzidas pelo regime capitalista em putrefação, como justificativa para militarizar a sociedade e, sobretudo, as favelas, cortiços e bairros onde florescem as chagas do crime organizado.

Isso é o que cala a mídia burguesa que é cúmplice da política terrorista do estado, que destaca a morte de 4 policiais, mas cala a boca pelas mortes de mais de 120 “supostos” narcotraficantes no Complexo da Penha, dos quais mais de 70 morreram com as mãos atadas ou tiros na cabeça. O próprio governador disse que as únicas fatalidades foram os mesmos 4 policiais, entre eles 2 do infame e terrorista BOPE, que assassinam dezenas a cada ano impunemente, enquanto se refere à morte de mais de 130 como resultados da mais “exitosa” operação policial da história.

É próprio dos serviços da burguesia chorar lastimosamente pela morte de seus cães de guarda com licença para matar sem justificativa, assim como choramingam pelo direito de Israel a se “autodefender”, enquanto desprezia a vida dos jovens que foram jogados para fora do sistema por não poderem ser inseridos na produção social, sem direito à saúde e educação, e que são empurrados à marginalidade pelo mesmo estado burguês que os assassina. Há um fio condutor nessa atitude criminoso: o genocídio palestino e o terrorismo de estado praticado contra as organizações criminosas na América Latina são engrenagens nos negócios da venda de armas, tecnologia e instrumentos de vigilância e morte. Isso explica ainda porque o terrorismo é um rótulo que se coloca aos que se revoltam contra a miséria, a opressão e a fome como daqueles que afundam no mundo do crime.

Nesse sentido, as chacinas - com as devidas proporções - poderia ser caracterizada de um dos contornos

bárbaros da surda guerra civil travada pela burguesia contra os explorados e oprimidos, particularmente, contra um setor dos oprimidos que impedidos de sobreviver vendendo sua força de trabalho são arrastados a reproduzir suas miseráveis condições de vida como soldados e sócios menores da venda das drogas. Sem dúvida nenhuma, quem mais sofre com essa situação é a população assalariada que mora nas comunidades, vítimas da violência policial e de guerra entre gangues, e a juventude em geral, que tem parte dela, sem perspectivas de estudo ou trabalho, e assim recrutada pelas facções; e a maioria, que tem suas vidas destruídas pelo consumo de drogas.

Será enterrando o capitalismo pela revolução proletária que as próprias bases do crime e seus negócios serão varridos da história. Imediatamente, trata-se de defender as massas da barbárie lutando pelas reivindicações que as colocam em combate contra os capitalistas (legais e ilegais) e seus governos. A luta pelo fim da PM e a luta contra o genocídio na Palestina se chocam contra a mesma classe, e semelhantes interesses econômicos. A unificação das lutas e das bandeiras está plenamente colocada pela realidade objetiva. Se deve exigir das organizações de massas, os sindicatos e centrais, que convoquem atos e manifestações contra os massacres da PM, e que convoquem assembleias para organizar uma luta nacional e a greve para defender as reivindicações comuns das massas, que a mobilizem em choque contra a burguesia (legal e ilegal), sob um plano de luta unificado.

O maior problema colocado é que, estando ausente sua direção revolucionária, as massas são incapazes de se mobilizar pelo programa que de fato as colocará em choque contra o estado policial e, na base de sua auto-or-

ganização, se defenderem da violência reacionária erguendo os métodos da ação direta e da violência revolucionária. Construir sua direção revolucionária, marxista-leninista-trotskista, é a via para dar passos firmes para superar todas as chagas do capitalismo putrefato e, assim, defender as massas de afundarem ainda mais na barbárie. Somente destruindo o capitalismo e colocando toda a riqueza criada pelas massas assalariadas a seu dispor é possível combater e erradicar o crime como meio de vida para centenas de milhares que hoje preenchem as fileiras do crime. ●

***Abaixo o terrorismo de estado!
Fora a PM assassina das
comunidades! Fim da polícia
militar!***

***Salário mínimo vital (suficiente
para sustentar uma família
de 4 pessoas) à todos os
assalariados, reajustado de
acordo com a inflação real!
Emprego a todos! Escola e
emprego à toda juventude! 4
horas na escola, 4 horas no
trabalho e o restante para
o descanso e lazer. Fim das
demissões! Estabilidade no
emprego! Redução da jornada
e escala móvel das horas de
trabalho, de forma a que todos
tenham trabalho!***

***Por um Tribunal Popular
surgido da luta revolucionária
do proletariado para castigar
a burguesia e seus agentes
políticos por seus crimes de
classe, e seu cão de guarda, as
polícias assassinas!***

Greve geral na Grécia contra a recém-aprovada *contrarreforma trabalhista que instaura a “escravidão assalariada”*, como caracterizam os sindicatos gregos

Uma greve geral de 24 horas foi realizada contra a Reforma Trabalhista aprovada pelo governo, que: **1)** estende a jornada de trabalho até 13 horas por dia e habilita um sexto dia de trabalho (sábados ou domingos), elevando a jornada para 78 horas semanais; **2)** facilita as contratações temporárias para serviços de emergência, sem horário fixo, notificados com 24 horas de antecedência; **3)** altera as regras das férias; **4)** permite trabalhos parciais de 5 horas para complemento de renda; **5)** autoriza empresas a mudar horários de trabalho com 24 horas de antecedência; **6)** estende o “período de experiência” para seis meses; **7)** autoriza demissões sem aviso prévio no primeiro ano de contrato; **8)** penaliza com até 6 meses de cárcere e 5 mil euros de multa a quem impeça com greves o trabalho etc¹.

De acordo com o governo, a lei “limita” a jornada de trabalho por meio da inclusão de horas extras, estendendo a jornada semanal para 48 horas, com um máximo de 150 horas extras permitidas por ano para, visando chegar na escala 4x3. Lembremos que os assalariados gregos têm um dos salários mais baixos da Europa: 880 euros (US\$ 1.031) por mês, e que o funcionalismo público trabalha mais de 45 horas por semana. Então, o que propõe o governo é estender a jornada com contratos precários mantendo salários rebaixados. Isto é, aumentar a taxa de exploração para pagar a dívida pública e aumentar os lucros dos capitalistas reduzindo ao mínimo as condições de vida dos assalariados.

Dezenas de milhares de trabalhadores paralisando o país demonstraram sua força coletiva, mas não impedi-

ram a aprovação da lei. O governo ainda disse que não irá retroceder. Assim, os trabalhadores não têm outra alternativa que deflagrar uma greve geral por tempo indeterminado até a derrubada da lei. Essa é a única via para derrotar a ofensiva do governo e da burguesia grega e europeia, e impor as reivindicações dos explorados. O entrave para avançar por esse caminho são suas direções sindicais que estão atreladas à defesa da democracia burguesa e não querem que as massas avancem em sua independência de classe e na luta de classes. Porém, as condições estão plenamente colocadas porque a imensa maioria nacional apoia os grevistas e tem as mesmas reivindicações comuns. Trata-se ainda de uma tendência continental: na França, Inglaterra, Bélgica, Finlândia, Alemanha e Itália, as massas enfrentam os mesmos ataques, defendem as mesmas reivindicações e mostram sua disposição a combater. Mas, lhes falta sua direção classista e revolucionária, que as organize e as una em um movimento nacional e por cima das fronteiras nacionais, transformando essa força social coletiva em um movimento pela derrubada das leis anti-operárias e antipopulares. Isso mostra o quanto urgente se tornou a reconstrução de uma direção revolucionária mundial capaz de unificar os explorados sob um programa comum de reivindicações e da estratégia da luta de classes contra a burguesia e os governos. ●

1. Dados extraídos de nota publicada no jornal O Internacionalista nº 25, da nota “As massas gregas impulsionam a luta de classes contra o governo, por suas reivindicações e pela Palestina Livre”.

3 anos de greve na AVIBRAS: é preciso lutar com os métodos próprios do proletariado pela garantia de empregos e salários

Em março de 2022, a AVIBRAS, cujo principal ramo de atuação é no desenvolvimento e fabricação de foguetes e mísseis, com a alegação de “problemas financeiros”, iniciou a demissão de trabalhadores e o corte de pagamento de salários e benefícios.

O sindicato Sindmetal, de São José dos Campos, vinculado à CSP-Conlutas, demorou para organizar os assalariados, que decretaram greve por tempo indeterminado em setembro de 2022, que continua até hoje. Desde então, a direção da central e do sindicato tem apostado em reuniões de negociações com a empresa, pedidos de mais investimentos do Governo Federal e a estatização pela via parlamentar. Também se lançaram a tentar negociar melhores condições do “Programa de Demissão Voluntária” (PDV), isenção do IPTU e cestas básicas aos trabalhadores pela Prefeitura.

Há muito tempo nossa posição é de impulsionar a disposição de luta dos trabalhadores, sem confiar nas negociações com o governo ou patrão, ou seja, conquistar as reivindicações com a ação direta, pela via da independência de classe. Sempre apontamos as limitações do método jurídico-parlamentar e indicamos a mobilização dos trabalhadores, com a ação coletiva, como única via possível para barrar as demissões e arrancar as demais reivindicações. Em junho de 2022, nossa militância foi expulsa pelo PSTU do XIII Congresso do Sindicato dos Metalúrgicos de SJC e Região por termos denunciado a

política da burocracia de esquerda do sindicato, diante do fechamento de fábricas e dos acordos de indenização na LG em Taubaté (2021), EMBRAER (2020), e na General Motors de São José dos Campos (2009) – bases do Sindmetal SJC.

Nem as liminares, nem as reuniões com o patrão, nem o pedido de ajuda à Lula e muito menos o Projeto de Lei 2957/2024 (estatização por desapropriação) de Boulos, se mostraram eficientes para barrar o processo de demissões e o não pagamento dos salários. Isto porque tanto o parlamento, o judiciário, e o executivo são instrumentos da burguesia e irão manter intactos os interesses da classe dominante sobre a necessidade dos explorados. Eis porque a Avibras continua o processo de entrega a capitais estrangeiros.

A greve por tempo indeterminado deveria ter erguido já em 2022 a ocupação da fábrica e exigir seu funcionamento com financiamento integral do estado, sob controle operário coletivo. Mas, acabou se transformando em imobilismo e institucionalismo. O conjunto dos trabalhadores da AVIBRAS têm a difícil tarefa de tirar as lições que correspondem a esses anos de retrocessos e superar sua direção sindical, para que o movimento grevista seja impulsionado e, pela ação direta, e enfrente as ofensivas da burguesia. A estatização só será possível através da ocupação de fábrica, da tomada da linha de produção pelo controle dos operários e pela expropriação sem indenização, o que só será realizado se impulsionado por uma direção revolucionária. ●

6 de novembro de 1962

Nações Unidas condenam o Apartheid na África do Sul

O fim da segregação racial não acabou com a opressão sobre a maioria negra. ***Só a revolução proletária abrirá caminho à real emancipação e autodeterminação das massas negras!***

A África do Sul foi constituída para servir de enclave colonial de potências imperialistas europeias (primeiro Holanda e depois Inglaterra). Por isso, desde sua criação foi marcada pelo genocídio e expulsão dos povos e tribos africanas de suas terras ancestrais, para transformá-las em mercadorias, de exclusiva propriedade privada da burguesia colonizadora estrangeira. Está aí porquê a segregação racial dos negros e negras cumpria uma função econômica no quadro da exploração monopolista da produção agrícola e industrial, sob controle da burguesia branca. Para garantir a opressão nacional e de classe que resultava dessa espoliação colonizadora, e evitar a revolta dos povos africanos, se instaurou um violento regime de segregação e militarização das relações raciais. Os negros foram forçados a viver em áreas segregadas, marginalizados social e politicamente, reduzidos a realizar trabalhos superexplorados e precarizados, sendo considerados cidadãos de segunda categoria, e sem poderem locomover-se em regiões de brancos sem uma autorização especial. Viviam expulsos das terras que habitavam há séculos, e sob permanente ameaça de morte continuavam lutavam contra seus opressores.

No mesmo ano em que começava o genocídio e limpeza étnica dos palestinos por Israel, a África do Sul sancionava a segregação racial como constitucional. As semelhanças quanto aos métodos de brutal repressão, segregação e genocídio planejado sobre os povos nativos da Palestina e da África expuseram qual o conteúdo de ambos os estados coloniais: instrumentos da burguesia imperialista para roubar terras e riquezas, impor seus interesses e seus lucros, expulsando e submetendo



os povos originários a uma brutal opressão nacional, racial, colonial e militar. Não é por acaso também que Israel manteve estreitas relações comerciais, militares, diplomáticas, e foi um importante ponto de apoio do governo colonial e racista sul-africano contra o isolamento internacional.

O massacre de Shaperville, em 1960, onde foram assassinados 70 negros, foi um ponto de inflexão, e fez surgir um movimento mundial pelo fim do apartheid e imediato boicote dos governos ao regime sul-africano. Vários sindicatos no mundo inteiro se uniram, para realizar ações diretas e paralisações na produção e exportações de diferentes países para África do Sul. Em 06/10/1962, a Assembleia Geral da ONU aprovou a condenação do regime de apartheid da África do Sul, e convocou os países a suspenderem todas as relações econômicas e militares com ela. Sob pressão dos movimentos que cresciam, em 1973, a ONU nomeou o apartheid como “crime contra a humanidade”. Em 1974, a África do Sul foi finalmente suspensa da Assembleia Geral. Porém, Israel iria expandir suas relações comerciais e diplomáticas, mostrando uma firme solidariedade entre colonialistas e genocidas.

Devido ao crescimento e extensão do movimento nacionalista e das lutas anticoloniais por toda África, a burguesia imperialista avaliou ser melhor abrir uma saída institucional, e estender formalmente os direitos democráticos à população negra. Os governos decidiram finalmente pelo boicote. A burguesia branca sul-africana procurava uma acomodação que oferecesse à maioria negra os direitos democráticos e civis, mas que mantivesse sua dominação econômica. Foi assim que, em 1991, sob a presidência de F.W. de Klerk, foram revogadas todas as leis remanescentes do apartheid, e se assinou um compromisso para redigir uma nova constituição. Em 1993, um governo “multirracial” de conciliação nacional foi instituído, e, no ano seguinte, Mandela tornou-se presidente da África do Sul.

20 anos se passaram e jamais se deram passos para punição da burguesia e de políticos brancos pelos seus crimes contra as massas negras. A “reconciliação” da burguesia imperialista branca manteve os fundamentos econômicos intocados e permitiu os criminosos e genocidas saírem impunes. As massas negras continuam sofrendo a discriminação e violência, a marginalização e superexploração. Apenas uma camada de

→

negros e negras se enriqueceu e passou a servir de máscara à “democracia racial” farsesca, à qual Mandela prestou sua ascendência política para sustentar. 78 anos se passaram desde a criação do estado colonial, racista e genocida de Israel, o apartheid e o genocídio continuam aos olhos da burguesia e das massas mundiais. Mas, diferentemente do que aconteceria com a África do Sul, Israel continua sendo apoiado pelas burguesias e o holocausto palestino segue seu curso. A diferença reside em que a esmagadora maioria dos operários e assalariados ainda não constituíram um movimento internacionalista de solidariedade ativa para estrangular Israel, como fizeram para obrigar à burguesia a pressionar o regime Boer da África do Sul a erguer uma limitada democratização racial e nacional. Isso demonstra a cumplicidade das direções sindicais e políticas com os interesses da burguesia e do sionismo.

O estado burguês na África do Sul foi e será sempre o instrumen-

to da ditadura da burguesia, que é esmagadoramente branca. Apesar da queda do apartheid, permaneceu e permanece intocado o poder ditatorial dessa burguesia branca sobre o país e a esmagadora maioria nacional negra, que segue brutalmente explorada e oprimida. A libertação das massas negras e a conquista de sua autodeterminação nacional, erguendo um estado que refletirá sua predominância nacional e racial, virá com a revolução proletária e a nacionalização de todos os grandes meios de produção e as terras. A revolução proletária destruirá o estado burguês erguido sobre as heranças colonialistas e, expropriando a burguesia branca e seus vassalos negros, permitirá desenvolver relações fraternais e igualitárias entre operários e camponeses negros e brancos, e o Estado Operário sul-africano surgido da revolução será um passo do proletariado na luta pela Revolução Mundial Socialista, sob a estratégia dos Estados Unidos Socialistas da



África. Esse mesmo percurso geral deverá ser cumprido na Palestina. A destruição do Estado de Israel é uma tarefa revolucionária que abrirá caminho à Palestina una e socialista. E isso significa a expulsão dos sionistas fora da palestina, que significa ainda expulsar os instrumentos do imperialismo para reconstruir relações fraternais com as nacionalidades, religiões e etnias da região. ●

29 de novembro de 1947

É aprovada na ONU a criação do Estado de Israel para servir aos interesses imperialistas e à opressão e ao genocídio de palestinos e árabes em geral

Destruir o estado de Israel e por meio da luta revolucionária anti-imperialista avançar à tarefa da constituição do Estado palestino uno e socialista!

A aprovação da criação do Estado de Israel pela ONU foi uma imposição das potências imperialistas vencedoras da Segunda Guerra Mundial. A URSS se uniu à iniciativa, visando a manter a política de “coexistência pacífica” com o imperialismo e negociar a subordinação dos regimes árabes às manobras da burocracia estalinista. O movimento nacionalista foi uma arma do imperialismo para erguer novas fronteiras nacionais que servissem para controlar recursos e governos do Oriente Médio. Essa combinação de interesses favoreceu a aprovação de sua criação pela ONU, apesar da oposição e rejeição das nações árabes, que se viram prejudicadas, ao terem de aceitar um enclave imperialista e perderem territórios. A decisão se deu às costas dos interesses daqueles que habitavam a Palestina por séculos.

A criação de um Estado artificial, na época em que o mundo já foi completamente dividido pelas potências imperialistas, somente podia ser imposta com a violência reacionária, e negando as relações históricas, sociais, nacionais, étnicas e religiosas da região. Na prática, a divisão da Palestina foi um ato administrativo feito a milhares de quilômetros. O imperialismo e o sionismo não se importaram com os povos que ali estavam, nem com a violência que exigia impor essa


decisão. Por isso é que Israel devia transformar-se em um Estado baseado no genocídio, na limpeza étnica e na segregação racial e nacional.

Não há como existir um estado burguês palestino ao lado do estado burguês genocida de Israel. Tampouco há como os oprimidos palestinos conquistarem sua autodeterminação sem destruir o enclave imperialista de Israel e sem erradicar o sionismo da Palestina e de todo Oriente Médio.

A resistência palestina não possui uma direção revolucionária que a organize em uma frente única anti-imperialista para derrotar o imperialismo e o sionismo sob a estratégia da revolução social. Mas, os revolucionários combatemos junto de suas direções políticas e militares e dos palestinos pelo seu direito à autodeterminação – sem compartilhar de seus métodos nem de seu programa. Isto porque sua vitória levará ao enfraquecimento do imperialismo e ajudará a luta revolucionária mundial. A estratégia da Palestina Una e socialista, como parte de uma federação de Estados Socialistas do Oriente Médio, se erguerá em meio à luta das massas pela sua libertação desde que a vanguarda conquiste esse direito sendo parte de sua luta e ajude, assim, a elevá-las ao programa revolucionário do proletariado. ●

EUA está no centro das **tendências desagregadoras do capitalismo** marcado pelas **crescentes tendências bélicas**

Não haverá saída à barbárie de uma nova guerra em escala mundial sem que as massas combatam seus governos, avancem à luta de classes e confluam com seu partido revolucionário

 Tivemos como foco principal de nossos editoriais internacionais os EUA e as tendências que emanam de sua desagregação capitalista, reconhecendo, assim, que suas medidas e políticas internas e externas refletem o grau mais alto das condições objetivas para uma guerra em escala mundial ser escalada visando, particularmente, à destruição dos estados operários degenerados da Rússia e China.

Se a explicação materialista da crise capitalista reside no choque objetivo entre as forças produtivas sociais, altamente desenvolvidas, com a propriedade privada monopolista comprimidas pelas fronteiras nacionais, se necessita ainda explicar que as relações mundiais surgidas de pós-Primeira Guerra Mundial e, sobretudo, com o surgimento revoluções proletárias, esse choque tem por base objetiva a luta a morte entre Rússia e China, de um lado, e os estados imperialistas chefiados pelos EUA, de outro. Esse fenômeno histórico é facilmente observável, o que tem levado os revisionistas do marxismo a acreditar que isso deverá bastar, junto à existência de relações capitalistas nesses países, para caracterizar que se trata de uma disputa inter-imperialista. E assim, é necessário “combater ambos os imperialismos”, assumindo uma posição derrotista igualmente aplicada a cada situação política mundial que encontra esses estados por trás dos conflitos econômicos, dos genocídios ou das guerras civis internacionalizadas.

Não pretendemos neste breve espaço do que dispomos demonstrar a falsificação e erros impressionistas da caracterização da Rússia ou China como imperialistas. A base teórica da qual se parte para essa caracterização é incapaz de explicar as bases econômicas e

de classe dos estados, além de recorrer ao impressionismo e aos recursos literários de interpretação retórica dos clássicos. Nossa caracterização, quase única entre as esquerdas que se reivindicam do marxismo, é que Rússia e China são estados operários, ainda que profundamente degenerados. De forma que a manifestação entre o choque acima citado se materializa, objetiva e historicamente, pelo que Lênin assumiu seria o choque fundamental iniciado após a Revolução de 1917: a luta a morte entre as economias capitalistas em decomposição e as economias estatizadas pelo proletariado revolucionário.

O curso do último século tem demonstrado o acerto desse prognóstico histórico de Lênin. Certo é que a desagregação capitalista é conjunturalmente contornada com a destruição periódica de forças produtivas e contrarreformas, somado ao processo de restauração capitalista do leste europeu, além das guerras e agravamento da opressão nacional sobre as semi-colônias. Mas, esse curso contrarrevolucionário da fase imperialista do capitalismo foi inicialmente bloqueado pelas revoluções proletárias, abrindo passagem ao longo e contraditório período histórico de choques e confrontos entre os estados operários e os estados capitalistas que expressam a fase do imperialismo mais desenvolvido. Curso esse que também sofreu (e sofre) permanentes golpes e recuos sob efeitos da contrarrevolução ao interior dos estados operários. Essa dialética histórica foi confirmada por Trotsky em seu combate à burocratização, caracterizando que enquanto permanecer em pé a propriedade estatizada pela revolução, a situação política mundial seguiria o rumo previsto de forma geral por Lênin.

Nos permitimos esta explicação inicial para melhor demonstrar o por-

quê de os choques mundiais enfrentarem à Rússia e China em todo o mundo contra toda a órbita dos países capitalistas, especialmente, os imperialistas. Durante inúmeras editoriais e folhetos temos tentado demonstrar esse ponto de partida de nossa análise e, por isso, não iremos aqui repetir as explicações, análises e formulações. Apenas trazemos essa exposição para explicar o fundamento de serem os EUA o maior impulsionador e motor dos conflitos mundiais, expressão objetiva de sua desagregação capitalista.

Os EUA se tornaram a potência imperialista dominante desde meados do século passado, após a divisão do mundo resultante da Segunda Guerra Mundial inter-imperialista. Mas, não se deve obscurecer que essa guerra teve como campo histórico de fundo o enfrentamento de dois sistemas econômicos antagônicos: as economias capitalistas monopolistas já plenamente desenvolvidas e em curso de decomposição, e as economias nacionalizadas pelas revoluções proletárias que criaram uma nova e portentosa realidade econômica e política que, apesar das deformações, é antagônica à existência do capitalismo. Esse para sobreviver precisa destruir a economia nacionalizada destruindo os Estados Operários projetando as intervenções militares, promovendo as guerras civis ao interior dos estados que expropriaram a burguesia e utilizando um setor da burocracia como palanque para a burocracia reconstituir à burguesia como classe dominante da economia e do estado. Esse processo que culmina a restauração capitalista, transformando esses países em semi-colônia, a única via histórica que Trotsky afirmava servir de guia à restauração capitalista completa, na Rússia e na China.

// **• • • Não há saída para a crise dos EUA a não ser pela guerra, pelo agravamento da opressão nacional, a destruição de forças produtivas em escala planetária e sem rebaixar as condições de vida da força de trabalho ao mínimo tolerável. E é com essa compreensão que se deve elaborar a linha, táticas e métodos da luta de classes. O principal inimigo dos explorados e oprimidos é o imperialismo. Sua derrota sempre favorecerá à luta de classes e à preservação das conquistas revolucionárias do proletariado: as propriedades nacionalizadas.** **—**

→ Para o capitalismo sobreviver não precisa apenas dividir o mundo mais uma vez, ou levar até a exaustão à força de trabalho; mas também destruir as forças produtivas desenvolvidas sobre a base da propriedade nacionalizada pelas revoluções. Destruí-las para reconstruí-las parcialmente sob seu direito controle, acessando ainda a recursos que lhe permitam conjunturalmente fugir da desagregadora lei tendencial à queda da taxa dos lucros monopolistas que é o motor que impulsiona a desagregação capitalista nos próprios Estados Unidos. A guerra comercial travada pelos EUA contra praticamente todas as nações decorre desse curso histórico. A guerra tarifária trouxe para os EUA um grande volume de valores criados em outros países, sem que tenha se refletido no aumento de suas forças produtivas internas. Em sua decomposição, o imperialismo norte-americano recorreu a “roubar” parte da mais-valia mundial que logo alimenta sua indústria militar e às empresas tecnológicas “supervalorizadas”, sem que a indústria que garante as condições para a reprodução ampliada de valores. Dito em outras palavras: o roubo alimenta setores muito lucrativos, mas que não modificam (e sim aprofundam) o retrocesso das forças produtivas. A política trumpista se caracteriza pelo exacerbado peso do parasitismo como o fundamento do conjuntural crescimento econômico, o que agrava a crise estrutural dos EUA.

Trump e Xi-Jinping acordaram uma “trégua” na guerra comercial na reunião do ASEAN realizada na Coreia do Sul. Basta ver o conteúdo do acordo para observar que houve um recuo dos EUA imposto pela necessidade de “ganhar tempo” para preparar as condições mais favoráveis ao imperialismo em seu objetivo de “derrota estratégica” da China. O mesmo conteúdo teve o retrocesso do “processo de paz” que Trump acreditava impor à Rússia

recorrendo a ameaças. O fato é que a China continua crescendo e se desenvolvendo, enquanto a Ucrânia se enca-minha para uma derrota inevitável e não pela falta de recursos jogados pelo imperialismo contra Rússia e China, e sim pelo poder industrial, técnico e, portanto, econômico desses países - enquanto os EUA retrocedem. Eis por-qué os “acordos” terão um fôlego curto e logo virão novas ameaças, tarifas e cercos militares.

A incapacidade dos EUA (além de Europa) de impor à China e Rússia seus ditames reforçam a tendência objetiva da criação das condições de uma guerra em escala mundial. Mas, tampouco é seguro para o imperialismo afundar por esse caminho que exige contar com reservas de recursos naturais, matérias-primas, capacidades produtivas, força de trabalho especializada e domínio das áreas sensíveis da produção de tecnologia (assim como de suas cadeias de insumos essenciais), capital disponível e fontes de recursos fiscais, além de uma direção política e estatal centralizada e coesa para maximizar os esforços humanos e os recursos materiais. Grande parte dessas condições estão ausentes nos EUA e na Europa, enquanto China e Rússia criaram as condições objetivas mínimas e necessárias para isso.

Não há saída para a crise dos EUA a não ser pela guerra, pelo agravamento da opressão nacional, a destruição de forças produtivas em escala planetária e sem rebaixar as condições de vida da força de trabalho ao mínimo tolerável. E é com essa compreensão que se deve elaborar a linha, táticas e métodos da luta de classes. O principal inimigo dos explorados e oprimidos é o imperialismo. Sua derrota sempre favorecerá à luta de classes e à preservação das conquistas revolucionárias do proletariado: as propriedades nacionalizadas. A derrubada da burocracia reacionária por meio da Revolução Política seria decisiva não apenas para

fazer essa defesa nas melhores condições como, fundamentalmente para a derrota imperialista mobilizando todos os recursos e forças dos estados operário regenerados pelo controle do proletariado e massas oprimidas da economia e do estado, apoiar com recursos, bens, equipamentos e todo o necessário às lutas contra o imperialismo e seus vassallos.

Em todas partes do mundo explodem e projetam revoltas e lutas defensivas do proletariado e das massas populares contra os ataques às condições de vida, em defesa das nações oprimidas e contra a burguesia e seus governos. Organizar, coordenar e unificar essas lutas sob um programa comum sob a direção da vanguarda proletária organizada em partido revolucionário, é uma tarefa histórica insubstituível e urgente. O avanço à luta de classes na Europa, por exemplo, enfraqueceria a burguesia imperialista e poderia impulsionar a derrota da OTAN na Ucrânia. A derrota do sionismo e o avanço das massas árabes ao objetivo da destruição do Estado de Israel teria como resultado uma maior fraqueza dos EUA e fortaleceria a luta de classes contra os governos serviais sob o programa revolucionário. Entretanto, será no coração dos EUA que se irá cravar uma estaca mortal à burguesia imperialista se sua classe operária conquistar sua independência e se projeta em luta contra sua burguesia e estado.

Dar passos nessa tarefa objetiva colocada pela história já desde 1917, porém, não poderá sequer ser dados sem que se reconstrua a direção mundial do proletariado e se forjem partidos que se guiem pelo marxismo-leninismo-trotskismo em cada país, como suas seções nacionais. Quanto mais urgente torna-se libertar à humanidade das crises, das guerras e contrarrevoluções, mais urgente se verifica a necessidade de criar essas condições subjetivas e políticas para abrir caminho às revoluções. ●



EUA | Tendências do regime político

Para frear o avanço das tendências fascistas de Trump, a classe operária terá que romper com o democratismo e dar saltos na luta de classes

Após a vitória de Trump, iniciamos uma série de notas procurando mostrar que seu governo teria de expressar a crise estrutural do capitalismo norte-americano, não apenas continuando as tendências bélicas traçadas contra Rússia e China pelos governos anteriores, como dar um salto à frente. O Editorial Internacional do OI nº 24 (fevereiro) foi um marco ao afirmar no seu título que *“Trump inicia sua presidência apontando para um claro percurso fascista e militarista de sua política interna e externa”*. Em manifestos e notas que seguiram, mostramos como essas tendências tomavam forma concreta no ataque ao Irã e nas ameaças contra a Venezuela. Mas, também contra as forças políticas de oposição, os imigrantes, os movimentos pró-Palestina, as manifestações de massa em geral. Surgiu assim a necessidade de precisar a caracterização de seu governo. Concluímos que constitui-se um regime de governo *“semi-bonapartista com tendências bonapartistas e fascistas”* (OI nº 31). Essas tendências se firmaram sob o avanço da crise e a repressão das

massas a seu governo. É nesse quadro que Trump acirra a militarização do país. Não há como os monopólios e o estado norte-americanos terem mãos livres para travar guerras e fazer intervenções no mundo sem controlar a luta de classes.

Esse deve ser o ponto de partida para avaliar as massivas manifestações que aconteceram no sábado 18 de outubro. Milhões se mobilizaram em mais de 2,6 manifestações por todo o país sob a palavra de ordem de *“No Kings”* (Nenhum Rei) em protesto contra a militarização e a centralização política do governo Trump sobre os governos e forças policiais dos estados democratas. Essas mobilizações se seguem às revoltas e manifestações em Los Angeles, Washington D.C., Boston etc. contra o envio de tropas da Guarda Nacional e da Agência de Fronteiras e Alfândegas, a ICE, que têm realizadas detenções massivas de imigrantes, reprimido manifestações e avançam na estruturação de um verdadeiro estado policial baseado na intimidação e terrorismo social (mais de 50 mil tropas recorrem as ruas do país).

As manifestações acon-

tecem também no momento em que se aproxima a data limite para um acordo para a aprovação do orçamento federal, que ameaça demitir milhares de funcionários e fechar serviços sociais e administrativos essenciais ao funcionamento do estado, a exemplo do programa nuclear. Isto acontece enquanto aumentam os preços dos produtos de consumo interno (resultado direto da guerra tarifária) e, assim, aumenta exponencialmente o descontentamento social. A dois meses de encerrar o ano de 2025, o recém-eleito governo Trump afunda o país em uma de suas crises mais profundas. A constituição de um virtual estado policial submetido a suas ordens diretas, tem encontrado resistência. Entretanto, as manifestações têm se mostrado até agora incapazes de frear a progressiva mudança do regime político. Os direitos civis e políticos devem ser submetidos aos objetivos traçados pela burocracia e os monopólios que tomaram por assalto o estado para impor seus interesses no mundo inteiro.

É dentro desse quadro que foi declarada como *“organização terrorista”* o movi-

///

...

O movimento *“Nenhum Rei”* foi a maior e mais massiva manifestação até agora realizada contra o governo republicano. Mas, teve um caráter pacifista e de defesa da democracia, a mesma democracia que vem servido às tendências reacionárias, ditatoriais e fascistas se projetarem. Portanto, não representam um perigo ao governo e à burguesia, embora indique que se desenvolve uma tendência de revolta no momento em que as manobras econômicas de Trump se estreitam ou acabam em blefe.

→ mento Antifascista. O governo republicano se aproveitou do assassinato de Charlie Kirk, em 10 de setembro, para culpar os democratas e à “esquerda radical” pela “violência política” no país. A politização do assassinato do ultradireitista Kirk (que no último período criticou acidamente o apoio norte-americano à guerra na Ucrânia e caracterizou que Israel cometia crimes de guerra) tem servido ao governo de Trump e ao movimento MAGA para transformar em inimigos internos aos que decidem resistir suas políticas. Esse é o conteúdo dado por Trump ao Memorando Presidencial intitulado “*Contra o terrorismo Doméstico e a Violência Política Organizada*”. Nele, ordena às forças de segurança a estabelecer uma estratégia nacional de combate ao “terrorismo doméstico” e a “violência política” dentro dos EUA, orientado, especialmente, contra grupos “anticapitalistas” e “anticristãos” que, afirma falsamente, pretendem “desestabilizar a democracia” e realizar uma “revolução violenta”. E instrui ao Departamento de Justiça, ao Departamento de Segurança Nacional e outras agências a perseguir os “terroristas”, indicando uma via aberta para o estrangulamento das liberdades civis e políticas: um caminho aberto à fascistização que levará o governo Trump a evoluir em um governo bonapartista montado sobre um estado policial.

A ofensiva de centralização das forças políticas e as frações burguesas de oposição é um fenômeno derivado dessa tendência mais geral. Em revanche à decisão dos democratas de não aprovar o orçamento federal, Trump decidiu congelar os repasses orçamentários para es-

tados e cidades governados pelos democratas. Foram US\$ 28 bilhões bloqueados para Nova York, Califórnia, Illinois etc. Talvez se trate de um engodo colocado pelo Trump para aumentar sua pressão e recorrer ao “perigo para a segurança nacional” das medidas tomadas pela oposição burguesa para, dessa forma, impor seus objetivos. Mas, demonstrou também que para prosseguir a seus objetivos, Trump e a burocracia estatal que o sustenta junto da fração monopolista que se integrou ao estado visando obter lucros, precisam ainda modificar as relações institucionais, e não recorrer à via da militarização que tem seus riscos sociais, como mostraram as gigantescas manifestações “No Kings”. É com esse objetivo que Trump ordenou aos estados governados por republicanos a proceder a uma mudança nos distritos eleitorais, objetivando aumentar o número de senadores e deputados republicanos já para as eleições legislativas do ano que vem. O “golpe” dividiria, por exemplo, distritos de maioria negra e latina e os incluiria como minoria em distritos de maioria branca republicana, como está se tentando implementar no estado do Texas. Se vingar essa manobra, permitiria que 70% da delegação texana ao Colégio Eleitoral fossem controlados por republicanos brancos (em nome de uma maioria distrital negra, latina e imigrante).

Assim como o objetivo das deportações do ICE não é expulsar toda a força de trabalho imigrante - o que significaria romper com um setor da burguesia com poderosos laços internos com sindicatos e frações da política burguesa - e sim pro-

curar impor o terror e medo, obrigando os assalariados a perder todos seus mínimos direitos políticos e sindicais visando facilitar sua superexploração, do mesmo modo a militarização e mudanças nos distritos eleitorais visam a centralizar as frações da burguesia e suas representações políticas democratas às ordens vindas da Casa Branca e do movimento MAGA. Por outro lado, a destruição de liberdades civis e políticas poderão se estender contra as liberdades de organização e manifestação do operariado e seus sindicatos. O objetivo de centralizar ditatorialmente a força de trabalho flutua no ar uma vez que não haverá outra via para garantir os lucros monopolistas e, caso estoure uma guerra, militarizar a economia para servir aos mesmos objetivos de lucro.

Não obstante, essas medidas também podem abrir as condições para a luta de classes dar um salto à frente ao enfrentar as massas exploradas com a farsa da democracia burguesa. O movimento “Nenhum Rei” foi a maior e mais massiva manifestação até agora realizada contra o governo republicano. Mas, teve um caráter pacifista e de defesa da democracia, a mesma democracia que vem servido às tendências reacionárias, ditatoriais e fascistas se projetarem. Portanto, não representam um perigo ao governo e à burguesia, embora indique que se desenvolve uma tendência de revolta no momento em que

as manobras econômicas de Trump se estreitam ou acabam em blefe. O principal problema para a luta das massas reside no fato da classe operária norte-americana estar muito atrasada quanto à tarefa colocada pela situação de organizar desde as fábricas, portos etc. assembleias para aprovar um plano de luta unificado e nacional pela derrota da ofensiva militarista e a derubada do governo Trump. Teria um lugar de destaque a defesa dos imigrantes que ajudaria a ter uma resposta unitária contra as razias de deportações e a burguesia. Faria surgir uma poderosa unidade operária que derrotaria Trump.

Colocamos esta perspectiva apenas como uma possibilidade caso estivesse presente sua direção revolucionária. Mas, nós servimos dessa como exemplo para demonstrar, de um lado, a atitude criminosa das direções atuais que engessam os operários e assalariados na defesa da democracia burguesa, permitindo que avancem as tendências fascistas da burguesia e seu governo de turno; e de outro, para demonstrar a urgência de ser constituída essa direção revolucionária, não apenas nos EUA como fundamentalmente em nível mundial e, assim, ajudar à classe operária mundial a acabar com as guerras, o genocídio palestino e abrir caminho às revoluções sociais e ao socialismo. ●



ppri.partido@proton.me
correntesindicalmarxistagloria@proton.me
csm.roraima@gmail.com

04 de novembro de 2025 / nº 88



PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista




ppri4.org



PPRI.PARTIDO

EUA acirram sua *ofensiva intervencionista* sobre a Venezuela visando impor um governo próprio pela força

 São mais de 50 os assassinados por ataques militares da força militar norte-americana deslocada sobre as costas venezuelanas. O combate ao “narcoterrorismo” não passa de mentira que serve ao objetivo de derrocar o regime chavista. A execução sumária de civis acusados por “narcotráfico” visa provocar uma resposta que justifique a intervenção armada em solo venezuelano. A decisão de dar um cheque em branco à CIA para realizar operações em solo venezuelano constituem uma declaração cínica de que já existe a decisão de derrubar Maduro. Trata-se da mesma CIA que criou “cartéis de drogas” ou fez acordos com esses visando financiar suas operações e, assim, justificar o intervencionismo imperialista em territórios soberanos de países semicoloniais. Não é por acaso que as capacidades militares dos EUA deslocadas no Caribe são os preparativos de uma ação bélica, caso a pressão e ameaças sobre o chavismo não tenham o resultado almejado. Se bem as forças se consideram insuficientes para uma invasão, são consideráveis para fazer ataques pontuais ou tomar posse de recursos ou militarizar as jazidas, a exemplo do Esequibo. Nos fatos, os EUA declararam a guerra à Venezuela sem a formalidade de uma declaração pública. O ataque ao Irã aplicando as mesmas manobras deixam claro que não há freios à cobiça imperialista para a submissão das nações oprimidas.

Como comprovou um informe da ONU, Venezuela não desempenha qualquer papel no comércio de fentanil ou pela cocaína que entra nos EUA. Equador e Paraguai, dentro dos aliados

dos EUA, são responsáveis por parte desse transporte e comércio. Portanto, o objetivo da falácia criada ao redor da Venezuela é pressionar por uma ruptura nas Forças Armadas. Disso trata a ameaça de Trump de bombardear aeroportos, bases e portos militares venezuelanos.

É nesse quadro que Corina Machado foi retribuída pelo imperialismo com o prêmio Nobel da Paz por propagandar o intervencionismo imperialista e trabalhar pelo golpe contra o chavismo. Machado foi premiada, precisamente, para servir de cobertura à intervenção imperialista disfarçada de defesa da democracia negada pela “ditadura”, e para fortalecer e incentivar as ações golpistas da oposição. Trata-se de garantir, sob direção da direita golpista, as condições para uma guerra civil que justifique a intervenção militar externa em defesa da “população civil”. A golpista deve servir aos EUA como serviu no passado o títere Juan Guaidó às tentativas de desestabilização interna. Portanto, premiou-se seu entreguismo, como premia-se Noboa (presidente do Equador) e Milei (presidente da Argentina) com apoio por servir à militarização da América Latina em favor dos interesses estadunidenses.

Cada vez fica mais evidente – e incultável – que a “guerra contra as drogas” imperialista não passa de justificativa para a militarização do continente e garantir aos EUA operar mudanças de governos e derrubar regimes que entravam seu agressivo expansionismo. A chacina no Rio de Janeiro do mês passado teve por conteúdo o mesmo discurso que a administração republicana publicita em seu combate ao cha-

vismo. As mudanças de regime e governos – seja pelas eleições, seja pelas intervenções – são parte da estratégia imperialista de submeter ao controle dos EUA as riquezas naturais da América Latina, removendo os governos que ensaiam limitadas medidas protetivas contra suas manobras intervencionistas. Trata-se de fazer das semicolônias do continente uma engrenagem ao serviço da luta travada pelos EUA contra Rússia visando a destruição das propriedades nacionalizadas pelas revoluções proletárias, derrubar as burocracias herdeiras do estalinismo e, desse modo, desmembrar seus países, os transformando em semicolônias e recompor parte das forças produtivas destruídas sob controle de seus monopólios para dar uma sobrevida conjuntural ao capitalismo que apodrece.

Dezenas de milhões de venezuelanos se acham dispostos a estar do lado do governo e combater e resistir a qualquer ação imperialista em defesa de sua nação. Certo é também que milhões de venezuelanos têm ilusões na possibilidade de enriquecer ou garantir suas condições de vida individualmente atordoados pelas ilusões de ascensão social que lhes promete a “democracia” ditada pelo imperialismo, de forma que estão dispostos a entregar de bandeja a soberania e riquezas do país para alcançar esse objetivo. Essa divisão no interior do país reflete que deve ser tomada em conta ao momento de estabelecer uma linha e uma tática política pelos revolucionários. Por baixo das máscaras políticas e da retórica da qual se sirvam essas forças, acha-se o choque da nação oprimida contra seus opressores. Os marxistas



//

...

Dezenas de milhões de venezuelanos se acham dispostos a estar do lado do governo e combater e resistir a qualquer ação imperialista em defesa de sua nação. Certo é também que milhões de venezuelanos têm ilusões na possibilidade de enriquecer ou garantir suas condições de vida individualmente atordoados pelas ilusões de ascensão social que lhes promete a “democracia” ditada pelo imperialismo, de forma que estão dispostos a entregar de bandeja a soberania e riquezas do país para alcançar esse objetivo.

Essa divisão no interior do país reflete que deve ser tomada em conta ao momento de estabelecer uma linha e uma tática política pelos revolucionários. Por baixo das máscaras políticas e da retórica da qual se sirvam essas forças, acha-se o choque da nação oprimida contra seus opressores.

→ têm o dever (e obrigação) de se apoiar na fração das massas que encarnam a defesa da nação oprimida e apoiar resolutamente medidas de armamento dessas, exigindo *“que a direção política e comando militar das milícias devem passar às mãos das organizações de massas”* visando desse modo as constituir em *“uma força social capaz de defender a nação contra o imperialismo - sem se submeter ao controle e comando da burguesia e seu estado”*. Deve-se educar *“o proletariado, os camponeses e demais oprimidos a confiar apenas em suas forças e organizações, preparando condições para que a derrota do imperialismo abra caminho à estratégia proletária”* pela tomada do poder das mãos o nacionalismo-burguês impotente e fracassado.

Essa formulação citada acima do Manifesto nº 81 do PPRI (“Venezuela sob ameaça do intervencionismo”, publicado em 2 de setembro de 2025) corresponde ao real conteúdo da tática leninista de apoio incondicional à luta da nação oprimida e seu direito a decidir por se mesmas o destino de sua nação e de seu governo. *“É parte dessa tática frentista exigir a unidade de ação das organizações e sindicatos operários e camponeses da América por cima das fronteiras nacionais, contra o inimigo comum, e a defesa dos Estados Operários (ainda que degenerados) dos ataques do imperialismo.”*

É necessário dizer ainda que a “tática” de combater Maduro em meio ao cerco dos EUA, como defendem criminosos que se reivindicam do trotskismo, é trabalhar pela vitória do imperialismo. Defender a nação oprimida

significa, na atual situação criada, combater junto do governo contra o imperialismo, sem, contudo, apoiar a política e os objetivos do nacional-reformismo. Essa orientação está presente nas Teses de Oriente redigidas por Lênin e continuam vigentes. Esse é o conteúdo da tática da frente única anti-imperialista: combater na trincheira da nação oprimida apesar das formas conjunturais de seu governo burguês de turno, pela vitória das massas e a derrota do imperialismo. Desviar delas é romper com a tática fixada pelos Quatro Primeiros Congressos da IC que permitem à vanguarda com consciência de classe penetrar no seio das massas para disputar com o nacionalismo-burguês e a burguesia nacional a direção política das massas. Mas, para isso é urgente que seja forjado seu partido revolucionário e reconstruída sua direção revolucionária mundial sobre esses princípios, métodos e táticas. Trata-se de não desviar nenhum milímetro do bolchevismo e dos fundamentos que forjaram sua prática revolucionária. A vanguarda marxista é obrigada a se apoiar nesse programa e métodos. ●

FOLHETO

**COMO É (DE FATO) a
RUSSIA HOJE**

A economia nacionalizada mantém as bases sociais e econômicas do Estado Operário Degenerado, apesar da burocracia contrarrevolucionária

Adquirir com nossos militantes!

Bolívia | Segundo turno eleitoral |

Vitória de Paz Pereira no segundo turno indica uma virada política no país favorável ao imperialismo

Em 8 de novembro, assumirá a presidência de Bolívia Rodrigo Paz Pereira do PDC (Partido Democrata Cristão), que após perder no primeiro turno, se impôs no segundo com 54,62% dos votos, vencendo a José “Tuto” Quiroga da Aliança Livre, que obteve 45,39%. Um total de 86% dos habilitados compareceu na votação, sendo que os votos brancos foram 48.674 (0,75%) e os nulos 305.121 (4,69%). 20 anos depois de exercer o poder político, o Movimento ao Socialismo (MAS) retorna ao campo da oposição burguesa.

//

...

A fração mais poderosa da burguesia boliviana reunida na CAO e o imperialismo festejam que, finalmente, o MAS fosse expulso do poder. Poderão agora avançar sobre mais terras e sobre o controle do lítio e, dessa forma, o imperialismo melhorar suas condições de expulsar a China do controle de sua exploração por toda América Latina objetivando submeter toda a região a seus interesses.

Pereira venceu esmagadoramente nos departamentos de maioria indígena (ocidente), enquanto Quiroga venceu nas regiões e capitais onde domina politicamente a direita fascizante branca aliada a setores da pequena e média burguesia (oriente). As seções eleitorais que foram decisivas para as vitórias de Evo Morales (2005 a 2014) e Arce (2020), apoiaram Paz Pereira. Evo Morales teve um papel importante nessa situação ao afirmar que “*Quiro-*

ga não pode vencer” porque disse que iria acabar com o Estado Plurinacional e varrer a presença dos indígenas nas instituições do estado.

Entretanto, não tardará para que se desate o inferno para a maioria nacional boliviana indígena e operária. Paz Pereira definiu seu plano de governo como “*capitalismo para todos*”, e cujas medidas mais importantes serão: **1)** liberalização dos preços e do dólar, **2)** a “descentralização” da saúde e educação públicas, **3)** recortes do gasto público, **4)** novos pacotes de reformas e **5)** “normalizar” as relações como FMI e impulsionar o investimento privado. “*Ou seja, depreciação da moeda, livre circulação de capitais estrangeiros, retirada dos subsídios aos combustíveis (elevação dos preços no mercado interno) etc.*”¹ Quanto à saúde, disse que reformará a *Caixa Nacional de Saúde* (administração da saúde pública) por meio de uma “parceria público-privada”, além de “coparticipar gastos” de saúde e educação com os estados e prefeituras, sob a fórmula 50/50. Quanto à educação, disse que vai a municipalizar assim como a formação de professores, derogando a Lei de Educação Avelino Siñani.

Um entrave o achará no Congresso, onde o MAS ainda possui uma grande bancada e pode frear seus projetos. Paz pode recorrer à negociação com os deputados que respondem ao ex-presidente Arce ou de Morales, negociando com uma ou outra das frações do MAS que está formalmente dissolvido como partido. Mas, sem dúvida, terá um forte apoio entre a grande burguesia agroindustrial, os latifundiários e da burguesia comercial, da mediana burguesia e setores da pequena burguesia urbana. A Câmara Agropecuária do Oriente (CAO) felicitou Paz pela vitória e se declararam em apoio a seu governo, mas lhe exigem a livre exportação, liberação dos preços, segurança jurídi-

ca e investimentos do estado no setor. É o mesmo setor que desde que o MAS venceu as eleições em 2005, têm organizado processos separatistas (Meia Lua) e apoiou todas as medidas golpistas ensaiadas contra o MAS.

A fração mais poderosa da burguesia boliviana reunida na CAO e o imperialismo festejam que, finalmente, o MAS fosse expulso do poder. Poderão agora avançar sobre mais terras e sobre o controle do lítio e, dessa forma, o imperialismo melhorar suas condições de expulsar a China do controle de sua exploração por toda América Latina objetivando submeter toda a região a seus interesses.

O governo masista facilitou indistintamente os objetivos da direita reacionária e racista do Oriente, também dos EUA, de deslocar o MAS pela via eleitoral ao flagrar inúmeros ataques às condições de vida da população assalariada. A estatização dos sindicatos impediu ainda os operários e assalariados de recorrer à luta de classes para defender seus salários, direitos e empregos contra o farsesco “Socialismo do Século XXI”, do qual os oprimidos têm que se libertar.

A burguesia imperialista norte-americana se encontra em meio a uma brutal e violenta ofensiva intervencionista para submeter todos os países da América Latina a seus ditames. A mudança de governo irá acelerar esse processo e se refletirá como empobrecimento e miséria generalizada das massas, e no entreguismo de seus recursos estratégicos para os monopólios. Terão então de recorrer à luta de classes e recuperar suas organizações de massas para o programa da revolução e ditadura proletárias do POR dos tempos de G. Lora, que está sendo revisado pela sua atual direção. ●

1. “O MAS é ejetado do poder”, O Internacionalista nº 31, de setembro de 2025.

Argentina | Eleições Legislativas

Milei ganha a maioria nas eleições legislativas nacionais. Pesou a ameaça dos EUA de que, caso não ganhasse, seria pior para o país. As massas ficaram presas às manobras burguesas e pagarão com suas condições de vida pela submissão aos ditames do imperialismo.



AS MASSAS DEVEM COMBATER O GOVERNO, ABANDONAR SUAS ILUSÕES DEMOCRÁTICAS E AVANÇAR A SEUS MÉTODOS PRÓPRIOS DE LUTA

Após uma esmagadora derrota na eleição à assembleia legislativa do maior distrito eleitoral, o estado de Buenos Aires (40% do padrão eleitoral da Argentina), caindo de 50% dos votos para 33% em dois anos, a *Liberdade Avança* (LA) do presidente ultradireitista Milei venceu as eleições legislativas obtendo a maioria dos votos: 40,84%. O peronismo da *União pela Pátria* (UP) teve 34,8%. O ensaio “independente” de partidos provinciais (“Províncias unidas”) da UCR e do PRO (partido de Mauricio Macri) obteve apenas 5,12%. A centrista *Frente de Esquerda e dos Trabalhadores* (FET), 3,71%, - com três deputados. A abstenção foi de 34%, a mais elevado desde a redemocratização em 1983

A vitória surpreendeu porque o governo vinha de uma queda em queda brusca não apenas na eleições estadual de Buenos Aires, como de escândalos de corrupção comprovados (ANDISA - Agência de Deficiência - e a corrupção da bitcoin \$LIBRA) e de que parte de seus candidatos foram li-

gados à burguesia narcotraficante, levando à saída de José Luis Espert, principal candidato de ALA, por sua ligação com um “chefe narco” que foi extraditado aos EUA. Vinha inclusive de uma derrota no Congresso que rejeitou seus vetos e de enfrentar os estragos da crise e a explosão dos conflitos sociais e sindicais.

Que foi, então, que permitiu ao governo em crise repontar e ganhar? Do ponto de vista político, a vitória expressa o “retorno” ao covil libertário de deputados, senadores e governadores do partido de Mauricio Macri, o PRO, hoje dissolvido, que os deixou procurando benesses (orçamentárias) para seus estados e municípios que garantissem seus interesses particulares junto de Milei. A vitória não oculta, porém, a queda da popularidade de Milei. Perdeu 15% de votantes que o elevaram à presidente há dois anos, e que se somam aos que já não votam por não confiar nem na situação e nem na oposição. Assim, o fator decisivo político da vitória é a desagregação dos partidos burgueses tradicionais de-

nunciados pelas massas de responsáveis de as afundar na pobreza e miséria generalizada por várias décadas

Os resultados eleitorais demonstram ainda que os estados e municípios de maiores ingressos salariais foram muito disputados pela UP e ALA. Quanto aos distritos com assalariados e setores de menores ingressos, se dividiram entre ambos os partidos. Ocorre que a crise de 2000/2001 erodiu gravemente a capacidade do peronismo e radicalismo (UCR), anteriormente os maiores partidos da ordem burguesa, de arrastar eleitoralmente os mais pobres e miseráveis. O fato de um grande setor dos assalariados abraçarem as promessas de Milei decorre dessa rejeição das massas aos partidos que responsabilizam por sua situação econômica e social em queda. Sem dúvida pesou também as contínuas traições das burocracias sindicais, quase todas elas peronistas, contra as lutas dos trabalhadores. A perda de qualquer referência classista na luta das massas e o contínuo abandono das di-

reções sindicais dos setores não sindicalizados e mais empobrecidos dos trabalhadores, criaram um caldo de cultivo para que os anseios de elevação na escala social e a rejeição dos partidos e sindicatos servissem, conjuntamente, ao fortalecimento da ultradireita que repete todas chagas e corrupção dos governos anteriores, mas que lhes promete melhorar suas condições de vida rebaixando a de todos os assalariados.

Enquanto o regime burguês nega qualquer solução coletiva aos problemas sociais e econômicos, e está ausente uma direção marxista capaz de elevar a consciência dos explorados, setores desses são arrastados pela demagogia ultradireitista e as promessas de soluções mágicas e pessoais. Está aí manifestado o conteúdo fascitizante do governo ultradireitista de Milei, enquanto seu verdadeiro inimigo de classe - a burguesia - enriquece atacando a todos os assalariados, sem distinção. Sabemos que a ideologia e as promessas não dão de comer e nem garantem

continua |>

→ condições dignas de vida, embora possam servir conjuntamente para ludibriar as massas. Entretanto, será o rumo econômico imposto pelo imperialismo que criará também as condições de explosões e revolta operárias e populares. Importa assinalar, aliás, que as massas não se direitizaram e sim que a ultradireita foi caminho ao encontro de seu desespero lhes provendo soluções mágicas que ainda conseguem as arrastar.

Sem dúvida, o fator decisivo para a vitória de Milei foi o terror espalhado pelos EUA que emprestou dinheiro e ameaçou não o fazer, caso aquele fosse derrotado. A ameaça de um panorama social mais sombrio para as condições de vida das massas levou a favorecimento a Milei que se apresentou como depositário dessa confiança dos EUA. Os mais de US\$ 40 bilhões de dólares emprestados pelo Tesouro dos EUA e empresas e bancos privados aparecem como tábua de salvação para milhões de pessoas que acreditam que seria a única forma de manter a

economia com respirador artificial. Apesar do bilionário “resgate” servir para que vencesse as eleições, não lhe servirá mais quando a crise voltar a se manifestar e o dinheiro emprestado “esfumar” sem qualquer melhoria na vida das massas e da nação oprimida. Soube-se que o empréstimo está condicionado à entrega de todos os recursos mineiros para a exploração pelos EUA e da exigência de privatizações em benefício dos bancos e monopólios que puseram o dinheiro para o empréstimo. Passada a euforia eleitoral, as massas se verão em uma situação piorada pelo fato de o Congresso apoiar a contrarreforma trabalhista, previdenciária, fiscal e orçamentária de Milei que, longe de apagar os conflitos e a luta de classes, irão os projetar.

É importante que os marxistas avaliem - objetiva e concretamente - essa situação contraditória. Se bem houve um elevado abstencionismo, isso não significa o fim das ilusões das massas na democracia e regime burgueses. Ausen-

te a política revolucionária, e estando ainda as massas sob controle das burocracias sindicais burguesas, significa tão somente desconfiança passiva e despolitizada. A decomposição do regime, das instituições e da democracia formal burguesas, sem se lhe contrapor a estratégia e métodos revolucionários, irá favorecer ainda mais a ultradireita, e não ao reformismo e nacionalismo-burguês, que decompõem junto do capitalismo que defendem.

Se bem não tivemos com prever a vitória de Milei, desconhecendo na prática a importância para as massas da “estabilidade econômica” prometida pelo bilionário empréstimo dos EUA, temos sim como manter nosso prognóstico de que o curso traçado por Milei levará a sua repulsa pelos mesmos que o votaram. Como afirmamos no jornal anterior (OI n° 32, de outubro, “*O governo ultradireitista de Milei se desagrega sob os impactos das crises econômica e política*”), não há outro caminho que organizar as massas no campo


de sua independência de classe e as organizar para derrotar os ataques que virão. Destacarão as bandeiras anti-imperialistas e a defesa das reivindicações mais elementares das massas no momento em que os EUA colonizam as decisões políticas e medidas econômicas do governo Milei.

Porém, continua ausente a direção revolucionária que ajude às massas a se elevarem a essa compreensão histórica e avançar pelo caminho da revolução e ditadura proletárias. Não se pode obscurecer o fato que a ultradireita e as saídas ditatoriais podem sair fortalecidas em detrimento do reformismo e da democracia burguesa. É com essa perspectiva que deve trabalhar a vanguarda preparando a luta pela derrubada do governo, expropriação da burguesia entreguista e a expulsão do imperialismo. O caminho da emancipação ideológica dos explorados, portanto, passa pelo combate à ultradireita com seus próprios métodos e também contra o nacionalismo-burguês que se direitizou. ●

Peru | Mais um golpe institucional

Boluarte é derrubada por um golpe do Congresso e toma posse um novo governo golpista e entreguista

Está colocada a luta contra o golpe e a burguesia erguendo o programa, a estratégia e os métodos da luta de classes

 No dia 10 de outubro, foi destituída Dina Boluarte após sofrer um processo de impeachment relâmpago no Congresso, aprovado por 127 votos (de 130 deputados). Em seu lugar, foi eleito José Jerí, até então presidente do Parlamento, ficando como presidente o fujimorista Fernando Rospigliosi.

Após quase três anos do golpe institucional contra Pedro Castillo, caiu sua ex-vice-presidente que fora instituída em presidente proposta pelo Congresso. Governou com apoio da

fração ultradireitista e oligárquica e do imperialismo, que decidiram a derrubar usando o mesmo expediente com o que a elevaram à presidência. Boluarte cumpriu o objetivo para o qual foi “eleita”: erguer um regime de exceção que, já nos primeiros meses, assassinou 70 manifestantes que participaram das grandes mobilizações contra o golpe contra Castillo nas ruas e rejeitaram o golpe institucional, visando criar as condições para ampliar a submissão do país ao imperialismo.

Aprovaram-se durante seu mandato contrarreformas previdenciárias, recortes nos orçamentos da saúde e educação e, particularmente, medidas repressivas e concessões à exploração mineira em favor dos monopólios estrangeiros. Odiado pelas massas, seu governo devia servir a um objetivo e, uma vez cumprido, foi o momento de a derrubar. Especialmente quando as manifestações de massas ameaçavam se estender e radicalizar, projetando a sombra de um novo levante operário e popular como o de 2020.

→ Boluarte e seu “sucessor” Jerí se somam à lista dos governos reacionários que o imperialismo norte-americano visa pôr de pé na América Latina objetivando acelerar o saque de riquezas e atacar mais a fundo a vida das massas. O Peru deve servir ainda ao cerco montado contra a Venezuela, Equador e Argentina. Ligado a esse objetivo está o de fazer retroceder os interesses chineses na exploração de recursos minerais considerados críticos pelos EUA. Esse curso geral seguem os governos de Panamá, Equador (ver nota de OI nº 32), Milei e o governo eleito da Bolívia (ver pág. 24).

É provável que Jerí tenha o mesmo destino de Boluarte caso não consiga conter a revolta popular e encontre entraves ao processo de entrega do país ao imperialismo. Se esse cenário vingar, assumirá o poder Força Popular pela “linha sucessória” no Congresso, partido esse que foi criado pelo ditador e assassino Alberto Fujimori, que entregou o país aos ditames norte-americanos. Desde sua queda, a Força Popular que herdou seu programa e objetivos saiu derrotada em todas as eleições em que participou, além de ser odiada profundamente pelas massas peruanas. Mas, conseguiu controlar o rumo da política peruana desde o Congresso aliado a outros partidos direitistas e oligárquicos. Foi pela via dos golpes institucionais que o fujimorismo e aliados exerceram seu controle sobre os presidentes eleitos pelo Congresso, além de impor a centralização política colocando o Congresso acima dos presidentes.

O novo golpe - como aconteceu com o golpe contra Castillo - não arrefeceu as tendências da luta de classes. Continuam os protestos impulsionados pela juventude oprimida após a apresentação do projeto de lei 32.123 de reforma das aposentadorias, que impõe a todo jovem maior de 18 anos a ter que optar entre uma AFJP (administradoras de fundos privados de aposentadoria controlados por fundos de investimentos e bancos) ou o sistema de previdência público, e os obriga ainda a começar a pagar desde agora, tenham ou não trabalho. Além disso, impõe um aporte progressivo de 2% para trabalhadores autônomos e sem carteira assinada, restringindo ainda a retirada de fundos para os menores de 40 anos. É o mesmo processo imposto no Chile que garante bilionários recursos ao capital

financeiro e levou à falência milhões de aposentados, que deixam de trabalhar e recebem aposentadorias miseráveis. É parte ainda desse mecanismo de espoliação das massas e a nação a manutenção do superávit fiscal (hoje de US\$ 30 bilhões) por meio de cortes orçamentários nos serviços públicos, a contrarreforma administrativa a ser aprovada e o arrocho dos salários do funcionalismo visando garantir o pagamento de juros da dívida pública; mas, também a entrega das jazidas de ouro, cobre e zinco aos EUA.

Isso acontece no quadro de agravamento da miséria e pobreza da esmagadora maioria nacional. A destruição das condições de vida impulsiona a revolta da população explorada e oprimida. Para abortar essas tendências, o Congresso aprovou nova lei que caracteriza de terrorismo medidas próprias da luta de massas, como os bloqueios e manifestações. Reeditaram-se parte das políticas da ditadura cívico-militar encabeçada por Fujimori na década de 1980 e que afundou o país no terrorismo de estado.

As manifestações continuam e se nacionalizam, e Jerí declarou o “estado de emergência” que faculta ao exército reprimir as manifestações. Assim, se desfaz a máscara democratizante do regime golpista instaurado desde 2019, que agora se apresenta perante as massas claramente como a ditadura da burguesia e, particularmente, do Congresso oligárquico que cassou eleições e derrubou presidentes eleitos um após outro. Agora que foram confirmadas as eleições de 2026, tudo indica que a nova situação irá favorecer à Força Popular. Controlando o judiciário e, em particular, a Junta Eleitoral, o fujimorismo poderá “impor” sua vitória modificando a proporção de votos das circunscrições eleitorais em seu favor, ou favorecer a fraude. É sintomático que depois do golpe contra Boluarte, Keiko Fujimori, filha do ditador Alberto e eterna candidata derrotada, seja absolvida de um julgamento por corrupção.


É nesse cenário convulsivo que está colocada a tarefa de ajudar as massas a abandonarem suas ilusões democráticas e assumir o programa revolucionário. Sobretudo, agora que a democracia formal peruana se demonstrou uma verdadeira farsa onde as massas nada decidem, e o partido que perdeu as eleições pode governar de fato contra sua vontade, se servindo para isso

Assim como a desagregação do capitalismo obriga à burguesia avançar na destruição das ficções democratizantes e dar passos à centralização ditatorial das instituições para avançar na ofensiva contra a vida das massas, assim também **as massas não têm outra opção que continuar desenvolvendo os métodos da luta de classes, para se defenderem dos ataques e impor suas reivindicações.** Mas, para que sua revolta não se esgote em manifestações sem capacidade de impor suas reivindicações e nem varrer com o Congresso odiado, **é necessário que se forje uma vanguarda firmada na estratégia socialista.** ■

de marionetes de ocasião.

Assim como a desagregação do capitalismo obriga à burguesia avançar na destruição das ficções democratizantes e dar passos à centralização ditatorial das instituições para avançar na ofensiva contra a vida das massas, assim também as massas não têm outra opção que continuar desenvolvendo os métodos da luta de classes, para se defenderem dos ataques e impor suas reivindicações. Mas, para que sua revolta não se esgote em manifestações sem capacidade de impor suas reivindicações e nem varrer com o Congresso odiado, é necessário que se forje uma vanguarda firmada na estratégia socialista. Sua ausência no cenário atual de profunda crise e decomposição burguesa é que impede os explorados trocar seu instinto de revolta em programa consciente pela derrubada e expropriação da burguesia, constituindo seu governo próprio, operário e camponês, expulsando o imperialismo e nacionalizando suas propriedades, abrindo assim a transição do capitalismo decomposto para o socialismo. ●

DERRUBADA DE GOVERNO PRÓ-IMPERIALISTA EM MADAGASCAR PODE FAVORECER A CHINA EM SEU PLANO DE EXPANSÃO ECONÔMICA PELO CONTINENTE.

 O presidente malgaxe Andry Rajoelina foi deposto após uma série de protestos iniciados no dia 25 de setembro, por causa de constantes blecautes e cortes de água em Antananarivo, capital do país. O presidente tentou se apoiar no exército para conter a revolta, mas parte das forças armadas se voltou contra o governo, derrubando no dia 14 de outubro, obrigando assim o presidente a fugir para a França – antiga metrópole colonial de Madagascar. De acordo com relatório das Nações Unidas, ao menos 22 pessoas morreram nas primeiras semanas em decorrência da repressão violenta do governo às manifestações. Apesar disso, os protestos continuaram e tiveram força para derrubar o governo pró-imperialista. A imprensa internacional inclui Madagascar, Nepal e Peru entre os países que viram explodir o que denominam de “protestos da geração Z”. Faz-se necessário ir além das manchetes e terminologias dos jornais burgueses, que ocultam as raízes sociais e históricas da revolta, e que pouco colaboram para esclarecer as causas e consequências desses acontecimentos.

Madagascar é um país insular na costa sudeste da África, localizado estrategicamente entre a passagem do Atlântico para o oceano Índico. Entre 1896 e 1960 foi uma colônia francesa, conquistando independência formal neste último ano. Entre 1975 e 1992, foi instituída a República Democrática Malgaxe, inspirada pela URSS, as Repúblicas Populares do leste europeu e pelas revoluções antimperialistas africanas, proclamando-se socialista. A experiência foi curta, pois já na década de 1980 o governo abandona as políticas de desenvolvimento e industrialização baseada na propriedade estatizada pela revolução, sobretudo, terras agrícola e indústrias, e passa a adotar políticas econômicas contrárias ao que pregava inicialmente, como endividar-se com o FMI, privatizar recursos e, não resistindo a dissolução da União Soviética, esse governo cai em 1992, dando lugar a uma nova república burguesa que coloca-se, mais uma vez, sob tutela do imperialismo. Hoje Madagascar tem alguns dos piores indicadores sociais do planeta e da África: 87,85% da população vive com menos de US\$ 2,15 por dia; apenas 36% tem acesso a eletricidade; e apenas 10% têm acesso a saneamento básico. Sua economia que tornou a ser atrasada e semicolonial após a dissolução da RDM, é dependente de exportação de níquel bruto, baunilha e cravo (sendo o país líder mundial na exportação destes dois últimos produtos) e mais da metade dessas exportações têm como destinos EUA e França (sua antiga metrópole colonial).

As manifestações se inserem nesse contexto. Por um lado, as massas (especialmente os mais jovens) instintivamente lutam por condições de vida minimamente dignas, condições essas que o governo burguês pró-França não poderia, nem desejaria oferecer. Por outro lado, esses “protestos da geração Z” carecem de direção política ou programa claro e, muitas vezes, colocam-se como “apolíticos”.

A queda de Rajoelina impõe mais uma derrota geopolítica para sua antiga metrópole colonial, que já vinha perdendo influência no continente com a queda de governos

pró-imperialistas apoiados por Paris no Mali (2020), em Burkina Faso (2022) e no Níger (2023). Ainda é cedo para fazer tal afirmação, pois o novo governo provisório não tomou nenhuma atitude concreta de rompimento econômico ou político com o Imperialismo, e menos ainda indicou se trilharia a nacionalização dos recursos, ainda que essa possibilidade não deva ser descartada.

Contudo, é certo que China acompanha o desenrolar dos fatos atentamente, visto que o vácuo de poder e os possíveis choques futuros do novo governo com o ocidente podem contribuir para aumentar sua influência econômica no país africano. A posição estratégica de Madagascar a transforma em pivô da dorsal marítima da Nova Rota da Seda (por suas águas, passam 80% de importações de petróleo consumidos na China). À Rússia também é interessante acompanhar os próximos acontecimentos, pois, mesmo não tendo ainda grande influência militar e econômica sobre o país, existem operações de extração de minérios em curso, além de acordos de cooperação militar assinados. Ou seja, é de interesse de ambos os países que Madagascar se afaste da órbita do imperialismo francês, e se aproxime de sua esfera de influência.

Nota-se que a queda do governo pró-imperialista malgaxe está, portanto, relacionada com a disputa entre o Imperialismo decadente e putrefato - nesse caso representado pela França – e os Estados operários degenerados, onde a propriedade nacionalizada dos grandes meios de produção se mantém de pé (China e Rússia). Ainda há que se ver para qual lado o novo governo militar penderá: Se romperá ou se continuará submetido ao imperialismo. Algo que já é possível afirmar, porém, é a atualidade da crise de direção. As massas sentem necessidade de lutar - e lutam por seus meios - mas sem uma direção revolucionária, que mostre a impossibilidade do capital dar respostas concretas às suas reivindicações, suas lutas estão condenadas a se esgotarem, a serem subordinadas aos interesses (e manobras) das burocracias herdeiras do estalinismo, ou serem cooptadas por algum outro grupo imperialista de plantão.

Tampouco se pode descartar uma aproximação do novo governo com os governos nacionalistas firmados em golpes militares que aconteceram no Sahel, e que se orientam a se unirem em uma espécie de aliança pan-africanista que fortalece seus laços com Rússia e China, se chocando com o imperialismo. Assim, voltam à tona, sob novas circunstâncias, as tendências antiimperialistas e anti-colonialistas que no século passado abriram caminho às revoluções. Entretanto, a unidade que libertará à África das cadeias da opressão imperialista, abrirá caminho a sua rela independência e autodeterminação e romperá a subordinação com as burocracias contrarrevolucionárias só pode ser conquistada sob a forma dos Estados Unidos Socialistas da África, o que coloca a necessidade da construção dos partidos internacionalista, revolucionários e proletários que recuperem as tradições da luta de classes e abram assim um caminho às revoluções proletárias. ●